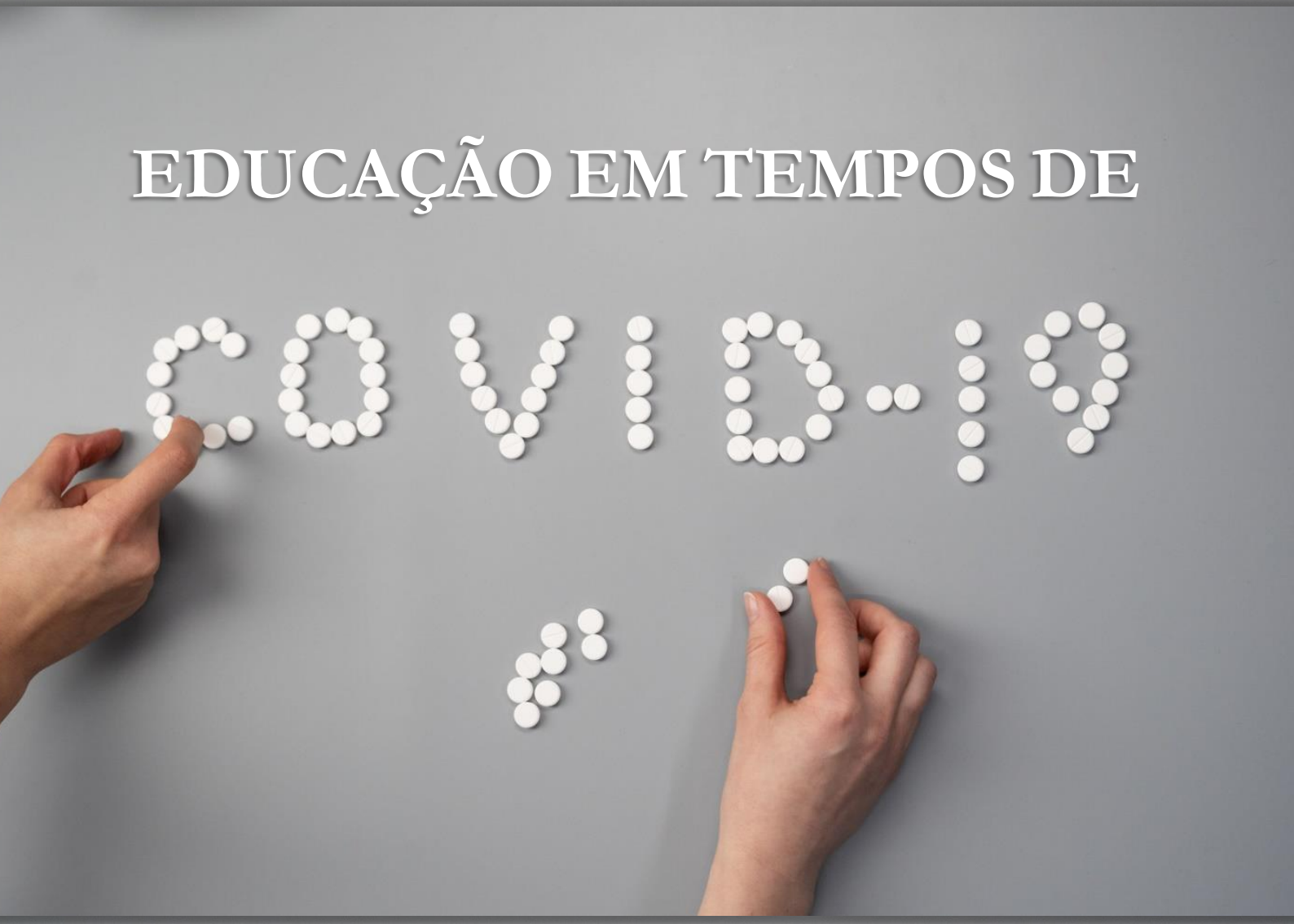
QUEILA PAHIM DA SILVA
ORGANIZADORA

EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE COVID-19



Pantanal Editora

2020

Queila Pahim da Silva
(Organizadora)

EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE COVID-19

Pantanal Editora

2020

Copyright© Pantanal Editora
Copyright do Texto© 2020 Os Autores
Copyright da Edição© 2020 Pantanal Editora
Editor Chefe: Prof. Dr. Alan Mario Zuffo
Editores Executivos: Prof. Dr. Jorge González Aguilera
Prof. Dr. Bruno Rodrigues de Oliveira

Diagramação: A editora
Edição de Arte: A editora e Canva.com (Foto de cottonbro)
Revisão: Os autor(es), organizador(es) e a editora

Conselho Editorial
- Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – OAB/PB
- Profa. Msc. Adriana Flávia Neu – Mun. Faxinal Soturno e Tupanciretã
- Profa. Dra. Albys Ferrer Dubois – UO (Cuba)
- Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – IF SUDESTE MG
- Profa. Msc. Aris Verdecia Peña – Facultad de Medicina (Cuba)
- Profa. Arisleidis Chapman Verdecia – ISCM (Cuba)
- Prof. Dr. Bruno Gomes de Araújo - UEA
- Prof. Dr. Caio Cesar Enside de Abreu – UNEMAT
- Prof. Dr. Carlos Nick – UFV
- Prof. Dr. Claudio Silveira Maia – AJES
- Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – UFGD
- Prof. Dr. Cristiano Pereira da Silva – UEMS
- Profa. Ma. Dayse Rodrigues dos Santos – IFPA
- Prof. Msc. David Chacon Alvarez – UNICENTRO
- Prof. Dr. Denis Silva Nogueira – IFMT
- Profa. Dra. Denise Silva Nogueira – UFMG
- Profa. Dra. Dennyura Oliveira Galvão – URCA
- Prof. Dr. Elias Rocha Gonçalves – ISEPAM-FAETEC
- Prof. Dr. Fábio Steiner – UEMS
- Prof. Dr. Gabriel Andres Tafur Gomez (Colômbia)
- Prof. Dr. Hebert Hernán Soto Gonzáles – UNAM (Peru)
- Prof. Dr. Hudson do Vale de Oliveira – IFRR
- Prof. Msc. Javier Revilla Armesto – UCG (México)
- Prof. Msc. João Camilo Sevilla – Mun. Rio de Janeiro
- Prof. Dr. José Luis Soto Gonzales – UNMSM (Peru)
- Prof. Dr. Julio Cezar Uzinski – UFMT
- Prof. Msc. Lucas R. Oliveira – Mun. de Chap. do Sul
- Prof. Dr. Leandris Argentel-Martínez – Tec-NM (México)
- Profa. Msc. Lidiene Jaqueline de Souza Costa Marchesan – Consultório em Santa Maria
- Prof. Msc. Marcos Pisarski Júnior – UEG
- Prof. Dr. Mario Rodrigo Esparza Mantilla – UNAM (Peru)
- Profa. Msc. Mary Jose Almeida Pereira – SEDUC/PA
- Profa. Msc. Nila Luciana Vilhena Madureira – IFPA
- Profa. Msc. Queila Pahim da Silva – IFB
- Prof. Dr. Rafael Chapman Auty – UO (Cuba)
- Prof. Dr. Rafael Felippe Ratke – UFMS
- Prof. Dr. Raphael Reis da Silva – UFPI
- Prof. Dr. Ricardo Alves de Araújo – UEMA
- Prof. Dr. Wéverson Lima Fonseca – UFPI

- Prof. Msc. Wesclen Vilar Nogueira – FURG
- Profa. Dra. Yilan Fung Boix – UO (Cuba)
- Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – UFT

Conselho Técnico Científico
- Esp. Joacir Mário Zuffo Júnior
- Esp. Maurício Amormino Júnior
- Esp. Tayronne de Almeida Rodrigues
- Esp. Camila Alves Pereira
- Lda. Rosalina Eufrausino Lustosa Zuffo

Ficha Catalográfica

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL**, Belo Horizonte/MG)**

E24 Educação em tempos de COVID-19 [recurso eletrônico] / Organizadora Queila Pahim da Silva. – Nova Xavantina, MT: Pantanal, 2020. 55p.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
ISBN 978-65-88319-09-3
DOI https://doi.org/10.46420/9786588319093

1. Educação à distância. 2. Pandemia – Coronavírus – Aspectos sociais. I. Silva, Queila Pahim.

CDD 300

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos e-books e capítulos, seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva do(s) autor (es) e não representam necessariamente a opinião da Pantanal Editora. Os e-books e/ou capítulos foram previamente submetidos à avaliação pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação. O download e o compartilhamento das obras são permitidos desde que sejam citadas devidamente, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais, exceto se houver autorização por escrito dos autores de cada capítulo ou e-book com a anuência dos editores da Pantanal Editora.

Pantanal Editora
Rua Abaete, 83, Sala B, Centro. CEP: 78690-000.
Nova Xavantina – Mato Grosso – Brasil.
Telefone (66) 99682-4165 (Whatsapp).
https://www.editorapantanal.com.br
contato@editorapantanal.com.br

APRESENTAÇÃO

A pandemia da Covid-19 tem-se mostrado como a maior crise planetária do século XXI, e vem causando desde sua oficialização como epidemia mundial pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em fevereiro de 2020, profundas modificações sanitárias, econômicas, culturais, sociais, pessoais, políticas e educacionais.

Sendo o isolamento social a estratégia mais eficaz de proteção contra o contágio, todas as esferas econômicas têm procurado alternativas de continuarem a existir e a população mundial vem aprendendo a lidar com os efeitos psicossociais de estar consigo e em sociedade e os novos hábitos de saúde. No setor educacional não é diferente e por isso, governos e área privada de ensino, tanto da zona urbana como rural, tem procurado estratégias para seguir com o calendário letivo através do ensino remoto.

No Brasil, a disparidade de infraestrutura digital evidenciou-se sobremaneira, reverberando outras questões do país, como a vulnerabilidade física e social da população e a capacitação docente (ou falta dela) para utilização dos ambientes virtuais de aprendizagem e ferramentas tecnológicas.

A possibilidade da modalidade do ensino à distância como única forma de escolarização ou a combinação da aprendizagem online com a forma presencial, tem-se revelado não mais como opções, e sim como o caminho para a educação pós pandemia e provalmente do futuro.

Diante disso, essa obra apresenta pesquisas e relatos de experiência na educação pública básica à superior, sob a ótica de estudantes, professores e gestores de várias localidades do país, sobre o grande desafio de transformação digital que todos nós e especialmente a educação brasileira tem passado.

É um convite para reflexão sobre as novas formas de ensinar e aprender, frente ao novo cenário provocado pela pandemia de Covid-19, não só em nosso país, mas em todo mundo.

Aproveitem a leitura!

Queila Pahim da Silva

SUMÁRIO

Apresentação 5

Capítulo I 6

Educação a Distância e Covid-19: contextualização e políticas de enfrentamento no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima/*Campus* Boa Vista Zona Oeste 6

Capítulo II 14

Os Efeitos da Pandemia da COVID-19 na Educação do Município de Arara/PB 14

Capítulo III 30

Uma proposta para o Ensino a Distância durante a COVID-19 no Município de Arara - PB 30

Capítulo IV 45

Desafios do ensino público em tempos de Covid-19: um relato do curso superior em gestão de turismo, Campus Palmas - IFTO 45

Índice Remissivo 55

Capítulo I

Educação a Distância e Covid-19: contextualização e políticas de enfrentamento no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima/ *Campus* Boa Vista Zona Oeste

Recebido em: 30/04/2020
Aceito em: 02/05/2020
10.46420/9786588319093cap1

Aldaires Aires da Silva Lima[1]
Francimeire Sales de Souza[2]
Hudson do Vale de Oliveira[3*]

INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos, o mundo passou por diversas crises que trouxeram grandes impactos e influenciaram, em maior ou menor grau, diversas áreas como, por exemplo, a política e a economia mundial. Muitas dessas crises impulsionaram – e, sempre que ocorrem, impulsionam – mudanças no comportamento do ser humano (Fariza, 2020; Lima, 2020; Soares, 2020).

O novo coronavírus, conhecido como Covid-19, é responsável por uma pandemia que vêm ocasionando uma das maiores crises globais e desencadeando mudanças drásticas no comportamento humano e na economia mundial. Essa crise, em escala global, vem afetando até os países mais desenvolvidos, trazendo impactos sociais, econômicos e políticos.

No mês de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII), em razão do aumento do número de casos de

[1] Mestra em Educação pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ); Técnica em Assuntos Educacionais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) / *Campus* Boa Vista Zona Oeste (CBVZO). Rua Prof. Nonato Chacon, Nº 1976, Bairro Laura Moreira (Conjunto Cidadão), CEP: 69.318-000, Boa Vista, Roraima, Brasil. E-mail: aldaires.lima@ifrr.edu.br
[2] Mestra em Educação pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ); Pedagoga do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) / *Campus* Boa Vista Zona Oeste (CBVZO). Rua Prof. Nonato Chacon, Nº 1976, Bairro Laura Moreira (Conjunto Cidadão), CEP: 69.318-000, Boa Vista, Roraima, Brasil. E-mail: francimeire.souza@ifrr.edu.br
[3] Doutorando em Administração pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC); Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) / *Campus* Boa Vista Zona Oeste (CBVZO). Rua Prof. Nonato Chacon, Nº 1976, Bairro Laura Moreira (Conjunto Cidadão), CEP: 69.318-000, Boa Vista, Roraima, Brasil.
* Autor de correspondência: hudson.oliveira@ifrr.edu.br

contaminação pelo novo coronavírus. E, em março, a OMS declarou a existência de pandemia provocada pela Covid-19.

No Brasil, a partir do cenário de emergência em saúde pública, o Ministério da Saúde, num esforço para conter a propagação do vírus, introduziu medidas de isolamento, de controle e de prevenção, recomendando a todos os estados brasileiros o distanciamento social em razão da gravidade da Covid-19.

Nesse contexto, a decisão sobre as medidas de restrição de atividades, no âmbito das unidades federativas, é deliberada respeitando a autonomia das competências dos gestores dos executivos estaduais e municipais, com o intuito de evitar a contaminação e a propagação do vírus.

Dessa forma, em decorrência desse panorama devido à propagação da Covid-19, assim como considerando as orientações da OMS, as instituições de ensino foram obrigadas a suspenderem as aulas presenciais e a repensarem a oferta do ensino por meio de atividades não presenciais, sendo a Educação a Distância (EaD) uma das possibilidades.

Nesse sentido, nos propomos a suscitar o debate e a refletir acerca da EaD a partir do contexto da Covid-19, considerando não só as características dessa modalidade de ensino, mas também as políticas de enfrentamento da pandemia, na área educacional, em âmbito nacional, na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) e no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima/ *Campus* Boa Vista Zona Oeste (IFRR/ CBVZO), com foco na possibilidade de adoção da EaD por se configurar como uma alternativa para atenuar os prejuízos decorrentes da crise provocada no sistema educacional brasileiro.

MATERIAL E MÉTODOS

O presente trabalho propõe o debate e a reflexão sobre a oferta da Educação a Distância (EaD) no contexto da Covid-19, em consonância com as políticas de enfrentamento que vêm sendo desenvolvidas para combater a pandemia e, de forma específica, atenuar os prejuízos decorrentes dela.

No atual cenário, as medidas para minimizar os impactos dos problemas ocasionados pela suspensão das aulas presenciais, em função da pandemia, merecem ser consideradas e amplamente discutidas.

A substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, remetendo essa característica de oferta à modalidade de EaD, desperta várias indagações que precisam, o mais brevemente, ser pontuadas para que a adoção de alternativas visando reduzir os impactos da interrupção de aulas presenciais não incidam em prejuízos ainda maiores à aprendizagem dos estudantes.

Dessa forma, o estudo em questão origina-se de uma revisão de literatura em materiais já publicados na área educacional e, especialmente, acerca da pandemia do novo coronavírus. Pode ser considerado exploratório (Gil, 2008), pois não possui o objetivo de apresentar elementos conclusivos para as reflexões realizadas, pois o foco é contribuir para o debate acerca da adoção de estratégias pedagógicas, com ênfase nas políticas de enfrentamento que vêm sendo desenvolvidas para a área educacional.

Considera-se, ainda, que o trabalho apresenta caráter descritivo uma vez que, por meio do processo analítico da abordagem exploratória, são descritas as reflexões a partir das políticas de enfrentamento da pandemia, não com o propósito de determinar caminhos certos a seguir, mas, como já mencionado anteriormente, promover reflexões e suscitar o debate.

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (EAD) NO CONTEXTO DA COVID-19

A Educação a Distância (EaD) pode ser definida como uma modalidade de educação na qual tanto os professores quanto os estudantes aprendem ou ensinam mesmo estando em locais diferentes, seja durante todo o percurso formativo ou em grande parte do tempo (Carlini; Tarcia, 2010).

O Art. 1º do Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, corrobora com essa definição, além de apresentar outros elementos importantes:

> Art. 1º [...] considera-se educação a distância a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos (Brasil, 2017).

Nos últimos anos, a Educação a Distância (EaD) ganhou um grande destaque no sistema educacional brasileiro, alcançando um número considerável de pessoas. Embora tenha alcançado muitas pessoas, o acesso à EaD no Brasil ainda ocorre de forma desigual, especialmente em relação àquelas cujas condições sociais são extremamente precárias, o que requer políticas públicas mais efetivas.

Recentemente, em razão do distanciamento social decorrente da Covid-19, o mundo precisou repensar alternativas para atenuar os impactos ocasionados pela pandemia no sistema educacional e uma das possibilidades apresentadas é a oferta das aulas na modalidade de EaD.

No Brasil, essa possibilidade gerou inúmeras inquietações considerando, por exemplo, as condições de acesso aos diferentes recursos digitais ou demais tecnologias de informação e comunicação que a população brasileira dispõe. Assim, essa nova conjuntura para oferta do ensino poderá gerar a exclusão, ainda maior, daqueles que já são excluídos, considerando as desigualdades sociais existentes.

No âmbito da RFEPCT, a Resolução nº 6, de 20 de setembro de 2012, que define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, possibilita a oferta de até 20% (vinte por cento) da carga horária diária do curso de atividades não presenciais (Brasil, 2012). A mesma resolução destaca, ainda, que as instituições de ensino poderão realizar a previsão da oferta de atividades não presenciais "desde que haja suporte tecnológico e seja garantido o atendimento por docentes e tutores" (Brasil, 2012).

Diante da atual crise, a RFEPCT, assim como as demais redes de ensino, necessitou repensar novos caminhos possíveis para a continuidade da oferta do ensino, direito social garantido na Constituição Federal Brasileira (Brasil, 1988), surgindo assim a possibilidade de substituição de aulas presenciais por atividades não presenciais.

Nessa perspectiva, os comitês de crise instituídos para enfrentamento ao coronavírus, no âmbito da RFEPCT, passaram a estudar a possibilidade, em caráter excepcional, conforme a Portaria nº 376, de 3 de abril de 2020 (Brasil, 2020b), do Ministério da Educação (MEC), de substituir as aulas presenciais por atividades não presenciais nos cursos de educação profissional técnica de nível médio em andamento, por até sessenta dias, prorrogáveis.

Independente da esfera, ao se planejar essas atividades é necessário considerar as características e as condições de oferta de cada região brasileira em decorrência do desenvolvimento social e econômico de sua população. E, para além da oferta, é preciso pensar na operacionalização dessa modalidade para que além do cumprimento do ano letivo, possa se garantir a qualidade do ensino.

Assim, considerando o processo de operacionalização, dentre as especificidades que EaD apresenta, destacamos, por exemplo, a necessidade do papel da tutoria, conforme salientam Camacho et al. (2020) quando discutem as orientações relevantes para tutoria na Educação a Distância (EaD) em tempos de COVID-19.

Segundo os autores, para que a oferta das disciplinas na modalidade de EaD seja operacionalizada e contribua de forma positiva para o êxito acadêmico dos estudantes, faz-se necessário o planejamento, a organização e a disponibilidade tecnológica, de forma que possa atender não só as demandas, mas também a capacitação dos docentes (Camacho et al., 2020).

Diante disso, de nada adianta as instituições de ensino dispor de tecnologias educacionais, se a equipe do ensino e os professores não estiverem capacitados para a oferta dessa modalidade. Ademais, o acesso dos estudantes a essas tecnologias e o preparo para lidar com elas destacam-se como fatores preponderantes para a oferta do ensino de qualidade e o acesso de todos à educação.

Nesse sentido, Camacho et al. (2020) enfatizam que a oferta das disciplinas, nessa modalidade de ensino, precisa levar em consideração as necessidades dos estudantes no que se refere ao preparo para lidar com as tecnologias da informação e comunicação, sobretudo em relação às necessidades

daqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade social, cuja disponibilização de recursos para o acesso aos conteúdos ministrados por meio dessa modalidade são, na maioria das vezes, indisponíveis.

POLÍTICAS DE ENFRENTAMENTO À PANDEMIA NO IFRR/CBVZO: ENTRE LEGISLAÇÕES E PRÁTICAS

Em âmbito nacional, foi publicada a Portaria nº 343, 17 de março de 2020, que dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19, por um período de até 30 dias, prorrogáveis dependendo de orientação do Ministério da Saúde e dos órgãos de saúde em seus diferentes níveis.

A portaria em questão estabelece ainda:

> § 2º Será de responsabilidade das instituições a definição das disciplinas que poderão ser substituídas, a disponibilização de ferramentas aos alunos que permitam o acompanhamento dos conteúdos ofertados bem como a realização de avaliações durante o período da autorização de que trata o caput.
>
> § 3º Fica vedada a aplicação da substituição de que trata o caput aos cursos de Medicina bem como às práticas profissionais de estágios e de laboratório dos demais cursos.
>
> § 4º As instituições que optarem pela substituição de aulas deverão comunicar ao Ministério da Educação tal providência no período de até quinze dias (Brasil, 2020a).

No que se refere à RFEPCT, foram instituídos comitês de crise para enfrentamento da pandemia, conforme destacado anteriormente, por meio das disposições da Portaria nº 376, de 3 de abril de 2020 (Brasil, 2020b), que trata especificamente das medidas de continuidade das aulas nos cursos de educação profissional técnica de nível médio, durante a situação de pandemia ocasionada pela Covid-19.

De acordo com essa portaria, as instituições que optarem por substituir as aulas presenciais por atividades não presenciais deverão organizá-las de modo que (Brasil, 2020b):

> I - sejam mediadas por recursos digitais ou demais tecnologias de informação e comunicação, conforme indicado pelo § 1º do art. 1º da Resolução CNE/CEB nº 1/2016; e/ou
>
> II - possibilitem aos estudantes o acesso, em seu domicílio, a materiais de apoio e orientação que permitam a continuidade dos estudos, com maior autonomia intelectual.

A possibilidade da oferta do ensino em EaD trouxe muitas preocupações para algumas instituições de ensino, em especial aquelas que ofertam educação básica, considerando a realidade socioeconômica de muitos brasileiros, marcada por desigualdades econômicas, sociais e culturais, e a precariedade do sistema educacional brasileiro.

O IFRR, considerando o panorama de propagação da Covid-19 e de acordo com as orientações da OMS e as recomendações do Ministério da Saúde, constituiu um comitê de crise para Enfrentamento ao Coronavírus, por meio da Portaria 319/2020 do GAB/REITORIA/IFRR, de 16 de março de 2020 (Ifrr, 2020a). Como uma das medidas da etapa preventiva nos serviços do IFRR, o comitê de crise publicou a Portaria 1/2020 – CCEC/REITORIA/IFRR, de 17 de março de 2020, suspendendo as aulas e as atividades presenciais e a distância (Ifrr, 2020b).

Em função dessa suspensão, o comitê instituiu um grupo de trabalho responsável pelos estudos sobre a organização das aulas e a reposição do calendário acadêmico, composto por representantes da Pró-reitoria de Ensino (PROEN), pelos diretores de ensino das unidades, além de outros servidores ligados ao ensino presencial e EaD da Instituição, conforme Portaria 3/2020 – CCEC/REITORIA/IFRR, de 20 de março de 2020 (Ifrr, 2020c).

Dessa forma, esse grupo passou a estudar a possibilidade de substituir as aulas presenciais por atividades não presenciais nos cursos de educação profissional técnica de nível médio, conforme a Portaria nº 376, de 3 de abril de 2020, do MEC (Brasil, 2020b).

Para tanto, pensou-se na realização de consulta junto aos estudantes de cada unidade integrante do IFRR, incluindo, portanto, o *Campus* Boa Vista Zona Oeste (CBVZO), por meio de aplicativo WhatsApp, a partir de links encaminhados aos grupos das turmas dos cursos ofertados pela instituição, considerando que os resultados dessa pesquisa serão de suma importância para a definição de medidas específicas e de estratégias pedagógicas coerentes com a realidade do público atendido.

CONCLUSÕES

O cenário de pandemia instaurado no mundo reforça a importância das instituições de ensino se reinventar, ainda que efetivamente não estivessem preparadas para isso. Por mais que essa reinvenção seja um processo, é preciso ter em mente que as demandas são urgentes e, justamente por essa urgência, demanda esforços de todos os envolvidos para que as estratégias implementadas sejam, ao máximo, as melhores possíveis.

Nesse sentido, trata-se de um processo colaborativo, no qual todos os envolvidos no processo educacional devem unir forças, não só na fase de pensar e de refletir as políticas de enfrentamento à pandemia, mas também na operacionalização dessas políticas.

A modalidade de EaD tem sido considerada como uma importante alternativa para atenuar os efeitos negativos da Covid-19 no sistema educacional brasileiro. Não há, efetivamente, um consenso a respeito da adoção dessa estratégia, mas as discussões estão acontecendo, especialmente por englobar diferentes elementos que precisam ser pautados.

Por fim, o trabalho se propôs a suscitar o debate e a refletir acerca da EaD no contexto da Covid-19, por ser uma alternativa que tem sido considerada como estratégia pedagógica para enfrentamento da pandemia. Assim, ainda que possam existir algumas limitações, consideramos que a proposta foi alcançada, na perspectiva de contribuir para o debate. Porém, para aprofundamento das considerações apresentadas sugerimos, por exemplo, o desenvolvimento de estudos que abordam o perfil dos alunos, englobando, inclusive, o acesso destes aos recursos tecnológicos; e as estratégias de formação continuada de professores para atuação na EaD, assim como formação para os alunos que, em muitos casos, não dominam essa modalidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Brasil (1988). *Constituição de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil.* Brasília – DF: Senado Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 20 abr. 2020.

Brasil (2012). Câmara da Educação Básica. *Resolução CNE/CEB Nº 6, de 20 de setembro de 2012.* Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Brasília, DF. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/escola-de-gestores-da-educacao-basica/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/17417-ceb-2012>. Acesso em: 19 abr. 2020.

Brasil (2017). Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017. *Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.* Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9057.htm>. Acesso em: 27 abr. 2020.

Brasil (2020a). Portaria nº 343, de 17 de março de 2020. *Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19.* Brasília, DF. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376>. Acesso em: 17 abr. 2020.

Brasil (2020b). Portaria nº 376, de 3 de abril de 2020. *Dispõe sobre as aulas nos cursos de educação profissional técnica de nível médio, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - Covid-19.* Brasília, DF. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376>. Acesso em: 17 abr. 2020.

Camacho ACLF, Joaquim FL, Menezes HF, Sant'anna RM (2020). A tutoria na educação à distância em tempos de COVID-19: orientações relevantes. *Research, Society and Development,* 9(5): 1-12.

Carlini AL, Tarcia RML (2010). Contribuições didáticas para o uso das tecnologias de educação a distância no ensino presencial. In: *Carlini AL, Tarcia RML. 20% a distância e agora?: orientações práticas para o uso da tecnologia de educação a distância no ensino presencial.* São Paulo: Pearson Education do Brasil.

Fariza I (2020). Lições de 1918: as cidades que se anteciparam no distanciamento social cresceram mais após a pandemia. *El país* [30/03/2020]. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/economia/2020-03-30/licoes-de-1918-as-cidades-que-se-anteciparam-no-distanciamento-social-cresceram-mais-apos-a-pandemia.html>. Acesso em: 27 abr. 2020.

Gil AC (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social.* 6ª ed. São Paulo: Atlas. 220p.

Ifrr (2020a). Portaria 319/2020 - GAB/REITORIA/IFRR, de 16 de março de 2020. *Constitui o Comitê de Crise para Enfrentamento ao Coronavírus no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima.* Boa Vista, RR. Disponível em: <http://www.ifrr.edu.br/comite-de-crise-para-enfrentamento-ao-coronavirus/portaria-319_2020-gab_reitoria_ifrr-de-16_03_2020>. Acesso em: 25 abr. 2020.

Ifrr (2020b). Comitê de Crise. Portaria 1/2020 - CCEC/REITORIA/IFRR, de 17 de março de 2020. *Estabelece as medidas da Etapa Preventiva nos Serviços do IFRR, durante o período de 18/3/2020 a 5/4/2020.* Boa Vista, RR. Disponível em: <http://www.ifrr.edu.br/comite-de-crise-para-enfrentamento-ao-coronavirus/portaria-1_2020-ccec_reitoria_ifrr-de-17_03_2020>. Acesso em: 25 abr. 2020.

Ifrr (2020c). Comitê de Crise. Portaria 3/2020 - CCEC/REITORIA/IFRR, de 20 de março de 2020. *Constitui Grupo de Trabalho responsável pelos estudos sobre organização das aulas e reposição do calendário acadêmico.* Boa Vista, RR. Disponível em: <http://www.ifrr.edu.br/comite-de-crise-para-enfrentamento-ao-coronavirus/portaria-3_2020-ccec_reitoria_ifrr-de-20_03_2020>. Acesso em: 25 abr. 2020.

Lima JD (2020). O distanciamento social como redutor de contaminações. *Nexo* [17/03/2020]. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2020/03/17/O-distanciamento-social-como-redutor-de-contamina%C3%A7%C3%B5es>. Acesso em: 27 abr. 2020.

Soares I (2020). Como o distanciamento social ajuda a frear a disseminação do coronavírus. *GaúchaZH* [17/03/2020]. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/saude/noticia/2020/03/como-o-distanciamento-social-ajuda-a-frear-a-disseminacao-do-coronavirus-ck7wkcm0r05g701pq2yrbe69e.html>. Acesso em: 27 abr. 2020.

Capítulo II

Os Efeitos da Pandemia da COVID-19 na Educação do Município de Arara/PB

Recebido em: 15/07/2020
Aceito em: 30/07/2020
10.46420/9786588319093cap2

Adeliana Lima Barbosa[1]
Erivânia Pereira Ibiapina[2]
Everaldo Paulino dos Santos[3]
Jefferson de Lemos Medeiros[4]
Judite da Silva Ribeiro[5]
Rafael Bruno Gomes da Silva[6*]
Venando Venceslau de Souto[7]

INTRODUÇÃO

O novo coronavírus ou Sars-Cov-2 é um agente etiológico causador da doença infecciosa, intitulada de COVID-19. A presente doença espalhou-se pelo o mundo desde dezembro de 2019, surgiu na China, tendo como epicentro a cidade de Wuhan. No entanto, no dia 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS)[8] declarou o estado de pandemia do novo coronavírus devido à sua grande facilidade de contaminação, e alertou aos países que pessoas com caso clínico grave poderiam necessitar de tratamento em Unidades de Terapia Intensiva (UTI). Diante do momento de pandemia

[1] Pós-graduação em Gestão Escolar com Ênfase em Supervisão Faculdade da Aldeia de Carapicuíba (FALC), Estrada da Aldeinha 245, Jardim Marilu, CEP 06343040, Carapicuíba-SP Brasil;
[2] Graduada em Pedagogia pelo Instituto Superior de Educação São Judas Tadeu, Rua Félix Pacheco, 530, Centro, CEP: 64.800-000, Floriano, Piauí, Brasil;
[3] Pós-graduação em Ensino de Ciências, Faculdade de Ciências da Bahia – FACIBA, Rua Direita da Piedade, nº 02, Barris, CEP: 40.070-190. Salvador – Ba.
[4] Programa de Pós-graduação em Gestão: Orientação e Supervisão, Faculdade de Educação São Luís, Jaboticabal, São Paulo, Brasil.
[5] Pós-graduação em Atendimento Educacional Especializado, Faculdades Integradas de Patos (FIP), Avenida Mal. Floriano Peixoto, 3333, Santa Rosa, CEP: 58416-440, Campina Grande, Paraíba, Brasil;
[6] Programa de Mestrado Profissional em Filosofia, Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Rua Aprígio Veloso, 882, Universitário, CEP: 58428-830, Campina Grande, Paraíba, Brasil;
[7] Programa de Pós-graduação em educação ambiental, Faculdade de Educação São Luís, Jaboticabal, São Paulo, Brasil.
* Autor de correspondência: rafael2013bruno@gmail.com

[8] A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou, em 30 de janeiro de 2020, que o surto da doença causada pelo novo coronavírus (COVID-19) constitui uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional – o mais alto nível de alerta da Organização, conforme previsto no Regulamento Sanitário Internacional. Em 11 de março de 2020, a COVID-19 foi caracterizada pela OMS como uma pandemia. Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875. Acesso em: 11 jul. 2020.

que estamos vivenciando, faremos uma breve apresentação sobre a origem, dados históricos do vírus, seus impactos no mundo e no Brasil, em especial, seus efeitos na educação brasileira.

Esse cenário causou grandes impactos em todo o globo terrestre, impondo drásticas modificações na rotina da população mundial, principalmente, na educação. Diante disso, o Ministério da Educação (MEC) passou a definir critérios para a prevenção ao contágio da COVID-19 nas escolas. Consequentemente, o principal desafio para o âmbito educacional brasileiro foi reformular-se para se adequar a nova realidade, e, assim manter o processo de ensino e aprendizagem em "pleno funcionamento".

Para exposição deste capítulo, o dividimos didaticamente em três momentos: no primeiro, iniciaremos com a exposição da origem do Sars-Cov-2 e, de maneira geral, os seus impactos no mundo. Em seguida, apresentaremos as possíveis consequências da pandemia no Brasil, e por fim, aduziremos a crise que o vírus gerou no setor educacional brasileiro.

Conquanto, nos resultados e discussões, abordaremos as dificuldades encontradas pelas escolas na implementação do ensino pela modalidade a distância. Para chegarmos às análises e discussões apresentadas, aplicamos questionários a professores e alunos, do Ensino Fundamental e Ensino Médio, dos sistemas de ensino privado e público do município de Arara, no estado da Paraíba, através do *Google Forms*. Posteriormente, realizamos a análise e discussão acerca das adversidades existentes no âmbito educacional, principalmente, com o surgimento da COVID-19, que submeteu os sistemas de ensino a aderirem à modalidade de ensino a distância.

A fundamentação teórica deu-se por uma pesquisa bibliográfica, dialogando com autores como Valente et al. (2020), Goldemberg (1993), Santos (2010), Bottentuit Júnior e Couto (2012), Kenski (2012), Ferreira e Santos (2014), Libâneo (1991), Rodrigues (2016), Monteiro (2020), Will et al. (2020) e Perrenoud (2000), na tentativa de delinearmos as ponderações sobre a implementação da modalidade a distância, o trabalho dos professores e a aprendizagem dos alunos, junto a uma análise documental de textos legais, a saber, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a medida provisória nº 934, de 1º de abril de 2020 e a portaria nº 345 de 19 de março de 2020, todas publicadas pelo MEC.

Ademais, tentaremos apresentar as consequências da COVID-19 que vêm perturbando os governantes (União, Estados, Municípios e o Distrito Federal) e profissionais de educação de todo o país, sobretudo, acerca da reorganização do calendário letivo escolar até o "como ensinar" e o "como aprender" por meio da modalidade de ensino a distância. Sendo assim, diante do caos que estamos passando não podemos perder a esperança de que ensinar e aprender em tempos de pandemia é possível, embora saibamos que os docentes têm como tarefa a reinvenção, a ressignificação e o

entendimento de que se faz necessário, constantemente, repensar o seu trabalho, a sua prática pedagógica, os seus métodos, metodologias, enfim, a sua didática (Monteiro, 2020).

ALGUMAS CONSEQUÊNCIAS DA COVID – 19

Com esse cenário de pandemia, a OMS apresentou como meio para o combate ao Sars-Cov-2 as seguintes medidas profiláticas: o uso de máscaras, álcool a 70% *Gay Lussac*[9] (GL), o isolamento social como prática indispensável e demais equipamentos de proteção. No entanto, não há uma medicação precisa e específica para curar àqueles que tenham sido infectados pelo vírus.

Diante do isolamento social e da adoção da quarentena em inúmeros países (China, Itália, França, Espanha, entre outros), os governantes decretaram manter em funcionamento os serviços essenciais para a sobrevivência básica da população, a exemplos de supermercados e farmácias, como ocorreu no Brasil após a publicação do Decreto nº 10.329, de 28 de abril de 2020. Entretanto, vários setores do comércio e da economia fecharam suas portas, como hotéis, restaurantes e fábricas têxteis (Índio, 2020). Ademais, as empresas passaram a antecipar as férias de seus funcionários, e até mesmo, a tomarem medidas drásticas como demitir ou diminuir os salários de seus funcionários. Porém, outras vieram a decretar falência.

A educação, a saúde e o comércio, em nossa compreensão, foram os mais abalados pelo fenômeno do novo coronavírus. No entanto, percebemos que as nações, em especial a nação Brasileira, demonstraram a forma precária e a baixa qualidade de seus serviços de saúde, sendo forçadas pelos impactos da COVID-19 a reavaliarem e reformularem as suas medidas sanitárias. Porém, no Brasil, mesmo diante do descompromisso dos nossos governantes, enxergamos que o Sistema Único de Saúde (SUS) tem sido o refúgio para muitos brasileiros acometidos pela doença, principalmente, aqueles que se encontram em vulnerabilidade social.

Segundo a OPAS/OMS (2020), é-nos apresentado que:

> O Brasil confirmou nesta quarta-feira (26) o primeiro caso importado do novo coronavírus. Trata-se de um homem de 61 anos, morador da cidade de São Paulo, que esteve na Itália, na região da Lombardia, à trabalho, sozinho, no período de 9 a 21 de fevereiro deste ano. No dia 23 de fevereiro, ele apresentou sinais e sintomas compatíveis com a doença causada pelo novo coronavírus (COVID-19): febre, tosse seca, dor de garganta e coriza (OPAS/OMS, 2020).

[9] Segundo o Conselho Regional de Química (CRQ) – III Região Rio de Janeiro, é-nos afirmado que na palavra álcool etílico 70º INPM (70% em massa de álcool e 30% em massa de água), a sigla INPM refere-se ao Instituto Nacional de Pesos e Medidas, e, o ºGL diz respeito à fração em volume, a qual também poderá ser encontrada em alguns frascos da seguinte forma: ºGay Lussac (ºGL = %V). Disponível em: http://crq3.org.br/noticia/por-que-o-alcool-70-e-mais-eficaz-como-bactericida/ Acesso em: 22 jul. 20.

Em 26 de fevereiro de 2020, o Brasil deu início à luta contra o Sars-Cov-2, como retratou a OPAS/OMS (2020), quando registrou o primeiro caso em São Paulo. Em pouco tempo, o Brasil tornou-se um dos países com o maior registro de casos confirmados do novo coronavírus, segundo informações do site *Coronavírus/Brasil*, o qual é abastecido diariamente, com dados fornecidos por meio da parceria entre o Ministério da Saúde, a Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS), as Secretarias Municipais e Estaduais de Saúde.

Conforme informações do site supracitado, já foram contabilizados mais de 1.755.779 casos confirmados, 1.054.043 recuperados e mais de 69.184 mortes[10]. No entanto, o SUS vem sendo sobrecarregado devido à grande demanda de leitos ocupados pelos pacientes da COVID-19, e, também, por outras enfermidades existentes, em especial, nas Regiões Norte e Nordeste em que os serviços de saúde são mais precários.

Entretanto, o Brasil fechou grande parte de seus estabelecimentos comerciais, serviços públicos e educacionais visando reduzir o contato social para conter a propagação do vírus. No setor econômico investimentos foram interrompidos, ocasionando o aumento do desemprego e o fechamento de empresas.

Mesmo diante da não desaceleração e da não diminuição de mortes pela doença, alguns governadores dos estados brasileiros já estão em discussão para uma reabertura gradual da economia e da retomada das aulas presenciais, as quais no momento estão sendo realizadas por meio da modalidade a distância, objeto de discussão da próxima seção. Todavia, em algumas cidades ocorreu o relaxamento das restrições e estão sendo retomados os serviços não essenciais, o que para Valente et al. (2020) pode aumentar ainda mais a propagação do vírus e assim levar o país a ter suas atividades interrompidas por mais tempo.

REFLEXÕES ACERCA DOS IMPACTOS DA COVID – 19 NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Seguindo o que foi exposto nas seções anteriores, enfatizamos que a pandemia da COVID-19 que estamos vivenciando tem impactado em muitos setores da sociedade brasileira, principalmente, a educação. Sobre os efeitos do novo coronavírus, podemos afirmar partindo do pensamento de Goldemberg (1993) que:

> A educação sempre foi considerada um bem em si, pelas oportunidades que oferece de enriquecimento cultural, mas isso, por si só, não cria as condições para que a universalização do acesso à escola se transforme em prioridade das políticas governamentais.

[10] Dados referentes ao dia 11 de julho de 2020.

Para Goldemberg (1993), diante do cenário de pandemia, podemos compreender que desenvolver o processo de ensino e aprendizagem por meio da modalidade a distância não garante "a universalização do acesso à escola", nem o direito à educação como reza o Artigo 205 da Constituição Federal de 1988[11].

No entanto, as instituições de ensino devido à presença da COVID-19 tiveram que suspender suas aulas, que ocorriam de maneira presencial, gerando uma desorganização do processo de ensino e aprendizagem em âmbito nacional, na medida em que os profissionais da educação e o trabalho docente não estavam preparados para ensinar diante de uma pandemia, para assegurar o acesso à educação fazendo uso da modalidade a distância e não estavam preparados para fazer uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) na educação, por isso, ficaram à mercê das orientações operacionais regulamentadas pelas autoridades políticas. Logo:

> Para atender a tais exigências que a EaD *online* propõe, é necessário investir no planejamento e na organização dos suportes de aprendizagem e dos espaços de socialização do conhecimento entre os agentes do processo. Para facilitar e fortalecer a interação em ambientes de ensino *online*, os aprendentes devem ser conduzidos por um professor com formação específica, capaz de motivar e incentivar a aprendizagem do aluno, [de maneira] participativa e colaborativamente (Barbosa, 2012).

Diante dessas inúmeras mudanças que ocorreram de forma inesperada, reforçamos que foi proposto ao ensino abandonar o ambiente físico da escola para se tornar virtual, digital, remoto, ou, simplesmente, realizado a distância. A partir desses indícios, entendemos que o sistema educacional no Brasil, conforme aponta Santos (2010): "[reflete-se] num modelo instrucional obsoleto tanto em sua estrutura hierárquica, quanto em seu conteúdo formal, incompatível com as exigências da sociedade atual". Assim, ressaltamos que o sistema educacional brasileiro não ESTAVA preparado para cumprir com a sua finalidade, a saber, desenvolver uma prática pedagógica voltada para a formação do homem enquanto sujeito autônomo e para uma formação que atenda aos anseios da sociedade contemporânea fazendo uso dos recursos digitais, como aspira a LDB, as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) lançada em 2017, entre outros dispositivos legais do MEC.

Partindo da necessidade de realizar o ensino a distância visando proteger a comunidade escolar do novo coronavírus, em 19 de março de 2020, o MEC alterou a Portaria nº 343, de 17 de março de 2020, publicando a Portaria nº 345/2020, a qual reza em seu art. 1º a seguinte orientação:

> Fica autorizada, em caráter excepcional, a substituição das disciplinas presenciais, em andamento, por aulas que utilizem meios e tecnologias de informação e comunicação, por

[11] A Constituição de 1988 reza em seu Art. 205 que: A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1988).

> instituição de educação superior integrante do sistema federal de ensino, de que trata o art. 2º do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 (Brasil, 2020).

Além disso, em 1º de abril de 2020, o MEC publicou a medida provisória nº 934, a qual estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação escolar decorrentes das medidas para o enfrentamento ao novo coronavírus, tendo como fundamento a Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020. A medida provisória supracitada trata dos ajustes no calendário escolar do ano letivo de 2020, acerca da não possibilidade do cumprimento do mínimo de 200 dias letivos anuais, embora exija que seja assegurada a carga mínima de 800 horas de aula por ano (Brasil, 2020). Ficando a cargo dos sistemas de ensino e das instituições o cumprimento dessas horas, devendo a eles encontrar mecanismos e estratégias para atenderem ao que se encontra disposto na LDB.

Não obstante, o ano letivo tem que continuar, mesmo que pela modalidade a distância e com os seus problemas e dilemas. Mas o que dizem os dispositivos legais acerca disso? A fim de respondermos ao problema colocado, faremos uso da LDB, especialmente, quando trata da modalidade de ensino a distância, como expressa o Artigo 80, estabelecendo que o: "Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada" (Brasil, 1996).

Mas será que a população brasileira possui acesso à internet e recursos tecnológicos suficientes para garantir o acesso à educação por meio da modalidade a distância? E, será que o ensino ministrado a distância não iria acentuar a desigualdade social em todas as regiões do país?

A partir de tais questionamentos podemos prever o tamanho do impacto na educação causado pelo vírus Sars-Cov-2, visto que o processo educacional brasileiro não foi pensado para ser realizado a distância. Afinal, a modalidade a distância era utilizada apenas como suplementação ou complementação dos cursos de nível superior, em especial, na pós-graduação. Sendo uma prática distante ou quase impossível de ser realizada na educação básica devido ao grande descaso que os governantes têm com a educação em nosso país.

Diante disso começaram as dúvidas, incertezas e inseguranças, já que os professores não estavam preparados para ensinar a distância, assim como os alunos não estavam preparados para aprender por meio de um ensino realizado remotamente. Além disso, as famílias dos estudantes não estavam preparadas para acompanhar o processo educacional de seus filhos por meio de ferramentas digitais, como o *Google Classroom, Google meet, Zoom, Microsoft Team, Jitsimeet,* entre outros ou, simplesmente, por meio das redes sociais: *Facebook, YouTube, Instagran, WhatsApp* e outros.

Todavia, sabemos que as TICs na educação exercem um papel de grande relevância na construção dos saberes e do processo de ensino e aprendizagem, pois oportunizam um trabalho docente significativo, promovendo a maximização e dinamização da prática pedagógica (Bottentuit Jr; Couto,

2012). Além disso, as TICs na educação têm como objetivo construir uma nova cultura, e, sobretudo, permitir ao trabalho docente a construção de um novo fazer pedagógico (Kenski, 2012).

Quando afirmamos anteriormente que o ensino a distância talvez não fosse o mais viável para estes tempos de pandemia, estamos levando em consideração que nos encontramos em um país, o qual está em processo de desenvolvimento. Pois, não são todos os brasileiros que têm acesso à internet, como aponta Valente (2020) quando diz que apenas 184 milhões de pessoas teriam acesso à internet, correspondendo a "três em cada quatro brasileiros". Entretanto, se o acesso ao ensino a distância fosse realizado via rádio ou por um canal de TV aberta talvez atendesse a um número maior de alunos, e consequentemente, tornaria o Brasil menos excludente, haja vista que não são todos os professores e alunos que possuem acesso à internet, celulares, computadores ou *tablets* para desenvolverem e participarem.

No entanto, sobre a implantação do retorno à normalidade do processo educacional, conforme Ferreira; Santos (2014), faz-se preciso que os educadores e a sociedade em geral possam "enfrentar de frente os problemas existentes no cotidiano das escolas que reduzem a possibilidade de manter a qualidade na educação", especialmente, durante e após o enfrentamento ao novo coronavírus no Brasil.

Portanto, esse impacto provavelmente levará décadas para ser superado, por isso, faz-se necessário a implantação de políticas públicas comprometidas com a educação brasileira, visando a "normalidade", e consequentemente, a redução minimamente das consequências causadas pela pandemia no cenário educacional brasileiro.

MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa foi realizada através de um estudo bibliográfico, especialmente, a partir da leitura dos artigos científicos de Will et al. (2020) e Monteiro (2020) que retratavam os impactos da pandemia da COVID-19 na educação. Ainda, aplicamos dois questionários, por meio do *Google Forms,* tendo como objetivo diagnosticar as dificuldades enfrentadas por alunos e professores das redes pública e privada, do ensino fundamental ao ensino médio, no município de Arara, estado da Paraíba, localizado na mesorregião do agreste paraibano e na microrregião do curimataú ocidental, possuindo 12.653 habitantes, conforme dados do próprio município (Arara, 2020). A pesquisa contou com a participação de dez professores e vinte e oito alunos, de sete escolas distintas, sendo entre elas, seis escolas da rede pública e uma escola da rede privada.

O levantamento bibliográfico e o questionário foram desenvolvidos entre os meses de maio a julho de 2020. No que concerne aos questionários, os *links* de acesso foram enviados através do aplicativo *WhatsApp*, tornando possível a participação de professores e alunos, a fim de que

respondessem a uma única questão, tendo como objetivo diagnosticar quais seriam as dificuldades encontradas para o ensinar, no caso dos professores, e para o aprender, referindo-se aos alunos, nesses tempos de aulas remotas exigidas pelos impactos do novo coronavírus.

A coleta de dados para a pesquisa deu-se por meio dos formulários do *Google*, em que os participantes discursaram (pergunta aberta) sobre as adversidades que o novo vírus corona causou, neste instante, no processo de ensino e aprendizagem. Utilizamos o tipo de pergunta aberta, visto que ela possibilita ao participante uma maior liberdade para externar o seu ponto de vista.

Por meio da coleta de dados foi-nos possível extrair e analisar os complexos mecanismos que envolvem o fazer pedagógico durante a COVID-19 na cidade Arara – PB. Por conseguinte, o novo coronavírus permitiu-nos repensar o processo de ensino e aprendizagem, a fim de encontrarmos meios para que reduzam os obstáculos gerados por essa crise sanitária em nossa prática pedagógica.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção, apresentaremos os resultados colhidos da coleta e análise dos dados. A partir dos relatos dos professores e alunos da cidade de Arara – PB, das redes pública e privada, foi-nos possível compreender quais seriam: I. Dificuldades para o "como ensinar durante a COVID-19": vozes dos professores; e II. Dificuldades para o "como aprender durante a COVID-19": vozes dos alunos. Assim, passemos a exposição dos resultados e discussão.

DIFICULDADES PARA O "COMO ENSINAR DURANTE A COVID-19": VOZES DE PROFESSORES

A educação de forma remota vem mostrando-se como refúgio para o processo de ensino e aprendizagem na modalidade de ensino a distância durante a pandemia da COVID-19, entretanto, não se trata propriamente de uma inovação, e não é ou será uma modalidade que irá substituir o ensino presencial.

No questionário de pesquisa para os professores (Q1. DOCENTES) buscamos compreender a seguinte questão: "Como ensinar durante a pandemia da COVID-19?" A partir da aplicação desta questão, tivemos a oportunidade de visualizar as diferentes formas e abrangências de utilização das ferramentas e plataformas digitais, que estão sendo aplicadas pelos professores. Acerca do como ensinar diante do novo coronavírus, a resposta do professor 04 chamou-nos a atenção, quando afirmou que para a realização de suas aulas através da modalidade a distância:

> Não existe uma fórmula pronta de como ensinar em tempos de ensino remoto, mas sim, a experiência e criatividade do professor em elaborar suas estratégias metodológicas utilizando as TDIC's (Tecnologias Digitais de Informações e Comunicação) de forma inovadora ao processo de produção do conhecimento.

Tomando como embasamento a fala do professor 04 e baseando-se no entendimento de Libâneo (1991) que todo educador deve ser um pesquisador de sua prática pedagógica, compreendemos que o professor deve pensar e repensar sua prática pedagógica cotidiana e, com isso, construir uma fundamentação teórica e um trabalho docente de qualidade, para que seja aplicada à realidade de sua escola. Não obstante, compreendemos que a existência das adaptações tecnológicas e organizacionais não dá conta de responder aos desafios da nossa atualidade (Rodrigues, 2016), por isso, cabe ao professor exercer um ensino eficaz, tendo como ponto de partida "o aluno real", "a escola real", além de ter consciência dos recursos que possuem na instituição em que atua, principalmente, nestes tempos pandêmicos.

Diante dos impactos da COVID-19 no processo de ensino e aprendizagem, somos conduzidos à outra preocupação acerca do fazer pedagógico, sobretudo, com a presença do novo coronavírus no âmbito educacional, a saber, a falta de formação continuada. Pois, sabemos que no cenário educacional há a ausência de uma formação continuada voltada para a realização do ensino por meio da modalidade a distância e para o uso das ferramentas digitais aplicadas à educação. Todavia, essa formação é necessária neste instante, porém, devido à pandemia ser um fenômeno novo tal formação não existe, na medida em que estamos diante de uma nova situação e da construção de um novo fazer pedagógico (Will et al., 2020).

Sobre os impactos do coronavírus na educação, partindo do relato de experiência do professor 01, é-nos dito:

> Na minha opinião é um dos maiores desafios já vivido durante meus 12 anos de trabalho, pois fomos pegos de surpresa, sem nenhuma preparação. As aulas são realizadas pelo *WhatsApp* por ser um aplicativo mais acessível aos alunos mais carentes e é por meio dele que envio as atividades diárias com vídeos explicativos dos conteúdos propostos. Vale salientar que apenas revisamos os conteúdos trabalhados sem apresentar conteúdos novos.

A partir da fala do professor 01, fica clara a falta de formação continuada e de melhorias constantes no processo de ensino e aprendizagem no sistema educacional brasileiro, não somente necessária para a realização do acesso ao ensino de maneira presencial como também por meio do acesso ao ensino digital. Conforme o professor 01, acreditamos que se faz preciso aos docentes fazerem uso das mídias sociais que estejam acessíveis aos seus alunos, seguindo o exemplo do professor 01, que utiliza o *WhatsApp* como ferramenta para a realização do trabalho docente e garantia do acesso à educação dos seus alunos.

Ainda tomando como ponto de partida o pensamento do professor 01, corroboramos com Perrenoud (2000) quando esclarece que: "O fato de o professor ser usuário de tecnologia não lhe garante a transposição didática". Sendo assim, acreditamos que ensinar por meio da modalidade a distância, neste tempo de COVID-19, não significa que os estudantes estejam, de fato, aprendendo. Ademais, ressaltamos que: "A transposição didática não é imediata, ou seja, o fato de o docente ser usuário de tecnologias digitais não garante que ele fará uso pedagógico dos seus conhecimentos com seus alunos" (Perrenoud, 2000), e, portanto, não haverá garantias de que os seus discentes de fato tenham aprendido algo.

Entretanto, a preocupação maior acerca do "como ensinar durante a pandemia" reflete-se como uma causa de extrema importância para o fazer pedagógico. Sobre essa necessidade de repensar e ressignificar as dificuldades do trabalho pedagógico enfrentado pelos docentes, o professor 01 relatou que:

> A maior dificuldade é o acesso a todos os meus alunos, seja pelo grupo do *WhatsApp*, ou pela entrega de material impresso, uma vez que 50% dos pais e alunos não procuraram nem a mim nem a escola para buscar as atividades nem tão pouco para dar o seu contato.

Assim, percebemos que ensinar por meio das tecnologias digitais corresponde em um desafio para além do trabalho do professor, visto que neste momento ele tem que ir à busca dos seus discentes, tem que planejar as suas aulas, escolher qual ferramenta seria a mais adequada para os seus alunos, e, ensaiar como irá comportar-se e agir diante da câmera, pois, o mesmo não recebeu preparação para este fim. Ainda sobre essa questão, o professor 07 também retratou que:

> As dificuldades são muitas, principalmente, porque a grande maioria dos alunos atendidos na minha turma e na Escola não tem acesso à internet, são alunos carentes, que já enfrentam muitos problemas, e essa situação só tem [contribuído] para aumentar as desigualdades sociais.

Neste sentido, reafirmamos que as dificuldades para o como o ensinar durante estes tempos de pandemia vão além de uma simples aula, porque os professores têm trabalhado diretamente com a vulnerabilidade social do país, e, tentar, minimamente, ensinar, auxiliar, instruir, aperfeiçoar e formar não somente os discentes, mas também, as famílias a fim de que possam junto aos professores contribuir com o processo de ensino e aprendizagem dos estudantes. Não obstante, sabemos que o ensinar em tempos de pandemia não é tarefa fácil diante de tantas dificuldades, problemas e dilemas que a educação brasileira enfrenta.

Ademais, os professores 01 e 06 expuseram as dificuldades que os seus alunos têm encontrado para ter acesso ao ensino a distância e para aprenderem por meio desta modalidade, quando retrataram que:

> De acordo com os relatos dos pais que estão participando do processo junto com seus filhos a maior dificuldade é a motivação, a falta de interesse em realizar as atividades [...] (Professor 01).
>
> [...] Esse desinteresse é resultado do momento que é muito complexo e não só responsabilidade dos alunos (Professor 06).

Por conseguinte, acreditamos que a implantação da modalidade a distância ocorreu sem a realização de uma avaliação diagnóstica para o acesso dos professores e dos estudantes à educação a distância em todo o país, o que ampliou, a nosso ver, a desigualdade social existente no Brasil.

Diante desses fatores, tomando como base o município de Arara, no estado da Paraíba, segundo informações do Ministério da Cidadania e da Secretaria Nacional de Renda e Cidadania, temos 1.748[12] alunos beneficiários do Programa Bolsa Família, que se encontram em situação de vulnerabilidade social, visto que a renda *per capita* dessas famílias mal garante a alimentação diária e o custeio das necessidades básicas. Sendo assim, é perceptível que esses alunos e essas famílias não conseguirão garantir o acesso à educação porque não terão condições financeiras para assegurar o acesso à internet, e, consequentemente, participar das aulas enquanto existir a presença da pandemia da COVID-19 no cenário educacional.

DIFICULDADES PARA O "COMO APRENDER DURANTE A COVID-19": VOZES DOS ALUNOS

Por meio do questionário aplicado, obtivemos os seguintes resultados expostos na Figura abaixo:

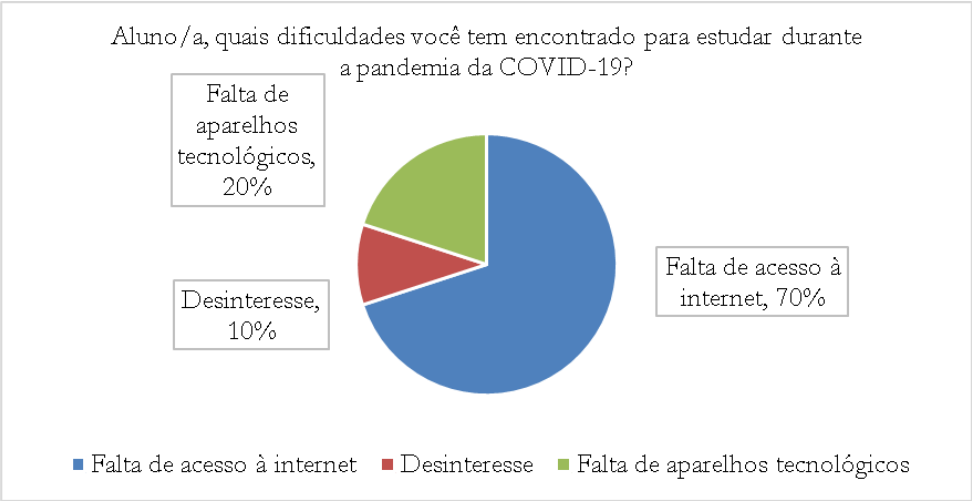


Figura 1. Dificuldades encontradas pelos alunos. Fonte: Os autores.

[12] Informações disponíveis em: aplicacoes.mds.gov.br/sagirmps/bolsafamilia/relatorio-completo.html. Acesso em: 14 jul. 2020

Na Figura 1, diagnosticamos que a maior dificuldade para aprender durante esses dias de pandemia, segundo relato dos estudantes, refere-se à falta de internet, uma vez que a maioria dos alunos entrevistados, pertencentes às escolas públicas e privadas do município em estudo, encontra-se em situação de vulnerabilidade social, conforme dados fornecidos pelo Relatório do [Programa] Bolsa Família e do Cadastro Único do Município de Arara-PB (2020), em que 98,22% das crianças e adolescentes necessitam ser acompanhadas pelas redes de proteção da criança e do adolescente a fim de que sejam garantidos os seus direitos sociais. A partir dos dados expostos percebemos que o alunado do nosso município não consegue pagar por um serviço de internet de qualidade e não possui aparelhos tecnológicos para este fim. O que, ao nosso entendimento, favorece para o aumento da evasão escolar (mesmo virtual) e o desinteresse para o processo de ensino e aprendizagem.

Sobre essa questão, o aluno 07 quando indagado sobre "Quais dificuldades você tem encontrado para estudar durante a pandemia da COVID-19", o mesmo relatou que:

> As dificuldades que tenho é devido à Internet, o ensino não é ótimo, quanto pessoalmente, mas é bom, os professores ensinam bem. Tenho dificuldades em prestar à atenção.

A partir da fala do aluno 07, é-nos possível compreender que o ensino a distância não apresenta tanta eficácia quanto ao ensino presencial, na medida em que tem grandes dificuldades para manter a atenção voltada para uma tela e para a escuta de um áudio (falas do professor), pois as suas aulas têm ocorrido, segundo o relato do aluno 07, através do *WhatsApp* por meio de vídeochamada unido à entrega de materiais impressos, estratégia utilizada no município de Arara – PB como meio para garantir o acesso à educação em tempos de pandemia.

Todavia, por meio do ensino presencial, acreditamos que o professor tenha uma maior possibilidade de avaliar e reforçar o aprendizado dos alunos, na medida em que o acompanhamento pedagógico faz-se necessário para a construção dos saberes, possibilitando ao professor identificar as dificuldades e peculiaridades de seus discentes. Porém, hoje são os pais, em casa, que executam essa função, haja vista que os professores se encontram em suas residências, e, por consequência, não conseguem realizar com tanta maestria essa função tão necessária ao processo de ensino e aprendizagem.

Não obstante, sabemos que essa tarefa não acontece com todas as famílias da comunidade escolar, porque são poucos os pais que exercem o papel de acompanhar e complementar o ensino de seus filhos, conforme nossa experiência docente. Diante da crise na educação gerada pelo coronavírus, começaram a surgir às dúvidas e dificuldades dos alunos. Porém, como sanar essas dificuldades a distância? A fim de resolvermos esse dilema, apostamos que a saída para a superação destas dificuldades seja o diálogo e a escuta dos próprios alunos para junto a eles encontrarmos uma possível saída.

Ainda, sobre as dificuldades do como aprender por meio do ensino a distância, o aluno 12 apontou que:

> Algumas das vezes tenho dificuldade na compreensão de conteúdo e na execução dos exercícios e como também na forma de ensino dos professores.

Entretanto, a partir do relato acima, percebemos que por meio do ensino a distância muitos alunos, assim como o aluno 12, podem apresentar dificuldades na compreensão do conteúdo e na resolução dos exercícios, que surgem do não entendimento dos métodos utilizados pelo professor durante as aulas virtuais. Logo, acreditamos que todo professor deveria conhecer e perceber a sua turma, para que possa superar, ou, minimamente, reduzir às dificuldades do ensino a distância.

Contudo, com base em nossa experiência, sabemos que quando as aulas são realizadas por meio de videoconferências são poucos os alunos que deixam o seu áudio e a sua câmera ligados, o que para nós é entendido como um dos obstáculos não somente direcionado ao "como ensinar", mas também ao "como aprender", porque sem a percepção dos gestos e da própria fala dos estudantes torna-se quase que impossível saber quais seriam as suas dificuldades. Ademais, outro obstáculo que percebemos diz respeito ao método de envio de atividades impressas ou por aplicativos de mensagens, como ocorre no município de Arara – PB, em que os pais recebem as atividades, e, em seguida, o professor já as recebe "realizadas pelos estudantes", o que não significa dizer, para nós, que todas as dúvidas foram sanadas e que a aprendizagem de fato ocorreu.

As falas acima nos conduzem a concluir que o ensino pela modalidade a distância encaminha professores, alunos e famílias, a um grande desafio posto pelo processo de ensino e aprendizagem, o direito à educação, e, sobretudo, a formação de sujeitos democráticos, críticos, participativos e justos. Assim, vencer os desafios na ausência de uma internet de qualidade, da falta de ferramentas digitais apropriadas ao fazer pedagógico, e, também, acessível à população, o desinteresse, a desmotivação, a vulnerabilidade social, e, em especial, tentar viver neste momento, requer do professor sensibilidade diante de tantos problemas para realizar o fazer pedagógico. Em suma, ensinar em tempos de pandemia exige do professor a ressignificação de sua prática, de seus métodos, de sua metodologia, enfim, de sua didática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pandemia da COVID-19 dentro do cenário educacional requer dos profissionais da educação o desenvolvimento de uma pedagogia que busque superar o *status quo*, desenvolvendo uma prática pedagógica com ênfase na liberdade e na criação. Por isso, acreditamos que o novo coronavírus nos fez repensar a prática educadora que exercemos dentro e fora das escolas. Afinal, ainda não estávamos e

talvez não estejamos preparados para suportar tantas exigências diante de tantas dificuldades. No entanto, sabemos que os únicos refúgios que temos para suportar esses instantes de crise dentro do sistema educacional são a resiliência, a serenidade e a alteridade, porque apontam o caminho e a esperança que deveremos encontrar para junto a nossos estudantes resistirmos ao pessimismo e ao fatalismo que muitos aceitaram diante de tantas mortes e de tanto sofrimento que o mundo vivencia com a presença do Sars-Cov-2.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Arara (2020). Prefeitura Municipal de Arara. *História:* Arara. Disponível em: http://www.arara.pb.gov.br/a-cidade.html. Acesso em: 10 jul. 2020.

Barbosa CMAM (2012). A aprendizagem mediada por TIC: interação e cognição em perspectiva. *Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância*, 11: 83-100.

Bottentuit Júnior JB, Couto FA (2012). O Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação no Ensino Fundamental II: um estudo com alunos e professores de uma escola em São Luís - MA. *Revista EducaOnline*, 6(2): 51-93.

Brasil (1988). Presidência da República. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 14 jul. 2017.

Brasil (1996). Ministério da Educação. *Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 14 jul. 2020.

Brasil (2009). Ministério da Educação. *Subsídios para Diretrizes Curriculares Nacionais Específicas da Educação Básica*. Diretoria de Concepções e Orientações Curriculares para Educação Básica: Brasília, DF. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/subsidios_dcn.pdf. Acesso em: 15 jul. 2020.

Brasil (2017). Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, DF. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 15 jul. 2020.

Brasil (2020). Diário Oficial da União: seção 1. *Medida Provisória nº 934, de 1º de abril de 2020*. Estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Brasília, DF. 1p. Disponível em:

http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-934-de-1-de-abril-de-2020-250710591. Acesso em: 13 jul. 2020.

Brasil (2020). Diário Oficial da União: seção 1. *Portaria nº 345, de 19 de março de 2020*. Altera a Portaria MEC nº 343, de 17 de março de 2020. Brasília, DF. 1p.

Brasil (2020). Ministério da Cidadania. Secretaria Nacional de Renda e Cidadania. *Arara/PB- Relatório do Bolsa Família e Cadastro Único.* Informações disponíveis em: aplicacoes.mds.gov.br/sagirmps/bolsafamilia/relatorio-completo.html. Acesso em: 14 jul. 2020

Brasil (2020). Ministério da Educação. *Parâmetros Nacionais Curriculares Ensino Médio:* bases legais. Brasília, DF. Disponível em: <http://portal.mec. gov.br/seb/arquivos/pdf/blegais.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2020.

Brasil (2020). Presidência da República. *Decreto nº 10.329, de 28 de abril de 2020*. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Decreto/D10329.htm. Acesso em: 15 jul. 2017.

Brasil (2020). Secretarias Estaduais de Saúde. *COVID19:* Painel Coronavírus. Brasil. Disponível em: https://covid.saude.gov.br/. Acesso em: 11 jul. 2020.

Conselho Regional de Química (CRQ) – III Região Rio de Janeiro (2020). *Porque o álcool 70% é mais eficaz como bactericida?* Disponível em: http://crq3.org.br/noticia/por-que-o-alcool-70-e-mais-eficaz-como-bactericida/. Acesso em: 15 jul. 20.

Ferreira CS, Santos EN (2014). *Políticas Públicas Educacionais*: apontamentos sobre o direito social da qualidade na educação. *Revista Labor*, 11(1): 143-155.

Goldemberg J (1993). *O repensar da educação no Brasil. Estudos Avançados*. Revista Scielo. *7*(18): 65-137.

Índio C (2020). *Pandemia fecha 39,4% das empresas paralisadas, diz IBGE:* Setor de serviços foi o mais afetado. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-07/pandemia-fecha-394-das-empresas-paralisadas-diz-ibge. Acesso em: 15 jul. 2020.

Libâneo JC (1991). *Didática.* 2 ed. São Paulo: Cortez. 288p.

Kenski VM (2012). *Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação*. 8 ed. Campinas, SP: Papirus. 141p.

Monteiro SS (2020). (Re) Inventar Educação Escolar no Brasil em Tempos da COVID-19. *Revista Augustus*, 25(51): 237- 254.

Organização Pan-Americana de Saúde. Organização Mundial de Saúde (2020). *Folha informativa – COVID-19 (doença causada pelo novo coronavírus)*. Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875. Acesso em: 11 jul. 2020.

Perrenoud P (2000). *10 novas competências para ensinar:* convite à viagem. Porto Alegre: Artmed. 192p.

Rodrigues NR (2016). *Reflexão crítica a partir de um relato de prática*. ENDIPE. 18: 5338-5349. Disponível em: https://www.ufmt.br/endipe2016/downloads/233_10224_38178.pdf. Acesso em: 13 jul. 2020.

Santos SLO dos (2010). *As políticas educacionais e a reforma do estado no Brasil*. Dissertação, Mestrado em Ciência Política, Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ. 122p.

Valente J, Souza L, Tokarnia M (2020). *Saiba como estão os planos de retomada econômica em cada estado:* Regras definidas por governos estaduais criam planos para reabertura. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-07/saiba-como-estao-os-planos-de-retomada-economica-em-cada-estado. Acesso em: 11 jul. 2020.

Valente J (2020). *Brasil tem 134 milhões de usuários de internet, aponta pesquisa*: A maioria acessa a internet pelo celular. 2020. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-05/brasil-tem-134-milhoes-de-usuarios-de-internet-pontapesquisa#:~:text=Atualizado%20em%2026%2F05%2F2020,a%20134%20milh%C3%B5es%20de%20pessoas. Acesso em: 11 jul. 2020.

Will DEM, Oliveira EA dos S, Cerny RZ (2020). A (não) presença da Educação a Distância nas políticas públicas contemporâneas para a formação inicial de docentes da Educação Básica. *Revista Educação e Políticas em Debate*, 9(1): 121-136.

Capítulo III

Uma proposta para o Ensino a Distância durante a COVID-19 no Município de Arara - PB

Recebido em: 15/07/2020
Aceito em: 01/08/2020
10.46420/9786588319093cap3

Adeliana Lima Barbosa[1]
Erivânia Pereira Ibiapina[2]
Everaldo Paulino dos Santos[3]
Jefferson de Lemos Medeiros[4]
Judite da Silva Ribeiro[5]
Rafael Bruno Gomes da Silva[6*]
Venando Venceslau de Souto[7]

INTRODUÇÃO

O avanço da pandemia da COVID-19 em todo o mundo provocou grandes impactos em vários setores sociais, especialmente, no setor educacional. No Brasil, as instituições de ensino, particulares e públicas, em sua maioria, suspenderam as aulas presenciais. Partindo das adversidades geradas pelo novo coronavírus, propomo-nos a refletir como seria possível a realização do fazer pedagógico, nas escolas das redes pública e privada do município de Arara, no estado Paraíba.

Diante da necessidade de repensar o trabalho docente motivado pelas consequências do SARS-COV-2, tomamos como objeto de estudo o processo de ensino e aprendizagem diante do novo coronavírus neste trabalho, a fim de construirmos uma proposta de ensino, partindo da seguinte problemática: Como ensinar e como aprender durante a pandemia da COVID-19 nas escolas públicas e privadas?

[1] Pós-graduação em Gestão Escolar com Ênfase em Supervisão Faculdade da Aldeia de Carapicuíba (FALC), Estrada da Aldeinha 245, Jardim Marilu, CEP 06343040, Carapicuíba-SP Brasil;
[2] Graduada em Pedagogia pelo Instituto Superior de Educação São Judas Tadeu, Rua Félix Pacheco, 530, Centro, CEP: 64.800-000, Floriano, Piauí, Brasil;
[3] Pós-graduação em Ensino de Ciências, Faculdade de Ciências da Bahia – FACIBA, Rua Direita da Piedade, nº 02, Barris, CEP: 40.070-190. Salvador – BA.
[4] Programa de Pós-graduação em Gestão: Orientação e Supervisão, Faculdade de Educação São Luís, Jaboticabal, São Paulo, Brasil.
[5] Pós-graduação em Atendimento Educacional Especializado, Faculdades Integradas de Patos (FIP), Avenida Mal. Floriano Peixoto, 3333, Santa Rosa, CEP: 58416-440, Campina Grande, Paraíba, Brasil;
[6] Programa de Mestrado Profissional em Filosofia, Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Rua Aprígio Veloso, 882, Universitário, CEP: 58428-830, Campina Grande, Paraíba, Brasil;
[7] Programa de Pós-graduação em educação ambiental, Faculdade de Educação São Luís, Jaboticabal, São Paulo, Brasil
*Autor de correspondência: rafael2013bruno@gmail.com

Logo, o presente estudo justifica-se pela necessidade de procedimentos pedagógicos que favoreçam a realização do ensino a distância na educação básica da cidade mencionada, visando à superação dos entraves causados pelo novo coronavírus. Além de fundamentar uma proposta de ensino que venha a viabilizar os objetivos aqui propostos, e, por consequência, contribuir com os profissionais da educação que se preocupam com o processo de ensino e aprendizagem.

Diante dessa problemática, este trabalho fundamenta-se na experiência docente dos autores e nas contribuições de Capomaccio (2020) Dolz J et al. (2004), Zabala (1988), Bloom et al. (1983), Ferreira (2009), Libâneo (1991), Luckesi (1992), Monteiro (2020), Barroso; Antunes (2020), Silva (2020), visando construir uma proposta de ensino que contribua, minimamente, para a realização do fazer pedagógico nas escolas da educação básica.

Na fundamentação teórica deste trabalho, buscaremos expor que para o ensinar e o aprender durante a pandemia da COVID-19, faz-se necessária à realização de uma avaliação diagnóstica, da construção de um bom planejamento, da escolha dos métodos de ensino, instrumentos de avaliação e mídias digitais adequadas para a execução do processo de ensino e aprendizagem desenvolvido por meio do ensino a distância.

E nos resultados e discussão, tomando como base a experiência docente dos autores nas escolas públicas e privadas em que atuam, será apresentada uma sequência didática como sugestão de proposta de ensino, a qual foi construída de maneira coletiva, haja vista que alguns dos autores ministram suas aulas na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, e outros, no Ensino Médio.

Não obstante, para que esse dinamismo educacional ocorra, o professor deverá, portanto, ter consciência do ato de educar, além de se sensibilizar para perceber as especificidades da sala de aula, em especial, da sala de aula virtual. Para isso, o docente deverá diagnosticar quais dificuldades seus alunos possuem para minimamente tentar que sejam superadas.

Assim, acreditamos que se faz preciso ao professor possuir um embasamento acadêmico e metodológico para entender a sua sala de aula, sobretudo, diante da pandemia da COVID-19. Por conseguinte, cremos que com a fundamentação deste trabalho e com a sequência didática proposta tornar-se-á possível reduzir, de maneira considerável, os obstáculos postos pela COVID-19 às escolas da educação básica. Além de permitir aos docentes uma orientação para a realização do seu trabalho e aos alunos o desenvolvimento, possível, de suas aprendizagens.

O ENSINAR E O APRENDER DURANTE A COVID-19

Antes de expormos a necessidade de uma avaliação diagnóstica[8] para ensinar durante a COVID-19, apresentaremos, brevemente, algumas adversidades geradas pelo SARS-COV-2 na educação, e, posteriormente, discutiremos os conceitos de avaliação, avaliação diagnóstica e a sua importância para a realização do nosso trabalho docente no município de Arara, estado da Paraíba.

Por causa da COVID-19 e a rápida disseminação do vírus, as escolas foram obrigadas a fecharem fisicamente as portas e a suspenderem o ensino presencial gerando uma situação problemática para o processo de ensino e aprendizagem. No entanto, na busca de sanar esse entrave, as escolas passaram a utilizar o ensino a distância como meio para garantir o acesso à educação, e, portanto, passaram a abrir suas portas virtualmente. Porém, como ensinar a distância?

Partindo da indagação acima e tomando como base a nossa experiência pedagógica nas escolas das redes pública e privada do município já mencionado, podemos dizer que as escolas e nós professores, não estávamos preparados para realizar o processo de ensino e aprendizagem por meio do ensino a distância, nem tampouco, para enfrentar esse momento caótico, tão novo e tão avassalador.

Não obstante, o Governo Federal juntamente com o Ministério da Educação (MEC), o Conselho Nacional de Educação e os Conselhos Estaduais e Municipais de Educação, simplesmente, incumbiram a nós professores a responsabilidade de ensinar a distância sem averiguar se estaríamos preparados para exercermos o nosso ofício. Porém, acreditamos que antes da implantação do ensino a distância, deveria ter ocorrido uma avaliação diagnóstica da estrutura digital, social e tecnológica de toda a comunidade escolar do país, para que juntos encontrássemos recursos pedagógicos acessíveis que atendessem a garantia do acesso à educação de todos os estudantes.

Entretanto, por que avaliar previamente para que o ensino ocorra? A fim de respondermos à questão posta, compreendemos que, a partir de nossa prática pedagógica, realizada nas escolas públicas e privada, da cidade de Arara-PB, avaliar é uma ação coordenada que busca averiguar o processo de ensino e aprendizagem. Logo, corroboramos com Luckesi *apud* Libâneo (1991), quando retrata que "a avaliação é uma apreciação qualitativa sobre dados relevantes do processo de ensino e aprendizagem que auxilia o professor a tomar decisões sobre o seu trabalho". Isto é, a avaliação é o ponto de partida e o ponto de chegada do fazer pedagógico. Exposto o conceito de avaliação em seu sentido amplo, passemos a apresentação do conceito de avaliação diagnóstica.

[8] Nesta seção tomaremos como objeto de estudo o conceito de avaliação diagnóstica, porque ela em nossa experiência pedagógica contribuiu de maneira satisfatória para amenizar os impactos da COVID-19 em nossas instituições de trabalho. Embora tenhamos o conhecimento de que, de acordo com Bloom, renomado pesquisador do conceito de avaliação da aprendizagem: "[...] a avaliação pode ser classificada em três categorias: somativa, diagnóstica e formativa" (Bloom et al. 1983).

Sobre o que venha ser a avaliação diagnóstica, que é um dos tipos de avaliação da aprendizagem, Ferreira (2009) apresenta que:

> [...] a avaliação diagnóstica pode ser utilizada para:
> • conhecer o aluno, sua bagagem cognitiva e/ou suas habilidades;
> • identificar possíveis dificuldades de aprendizagem;
> • verificar o que o aluno aprendeu ou não aprendeu, identificando causas de não aprendizagem;
> • caracterizar o aluno quanto a interesses ou necessidades;
> • replanejar o trabalho.

Conquanto, acrescentamos que a avaliação diagnóstica se faz necessária para ensinar durante a pandemia. Na medida em que através dela poderia ter sido feito um levantamento dos obstáculos que a COVID-19 causou ao processo educativo, visando amenizá-los, para que o acesso e permanência dos estudantes à educação fossem assegurados durante a realização do ensino a distância, especialmente, na educação básica.

Partindo do argumento citado, acreditamos que com a realização de uma avaliação diagnóstica, antes de se iniciar o ensino a distância, teria causado menos impactos à estrutura física, à pedagógica, à humana, e, sobretudo, à infraestrutura tecnológica e digital. Haja vista que muitos professores e alunos não possuem estruturas adequadas para realizarem seu trabalho docente, no caso dos professores, e, para garantirem o acesso à educação escolar, no caso dos alunos.

Ademais, a avaliação diagnóstica é um instrumento que permite identificar os impactos causados pela pandemia da COVID-19 na educação. Assim, cremos que é imprescindível avaliar, sobretudo, antes de começar qualquer atividade pedagógica, seja ela presencial ou virtual. Porquanto, ela nos permite conhecer como o aluno e a escola se encontram dentro do processo de construção de conhecimentos, diagnosticando quais seriam os seus recursos de aprendizagens, e, em especial, saber quais ferramentas tecnológicas e digitais lhe estão acessíveis para a realização do processo de ensino e aprendizagem.

Além disso, para que haja o exercício do trabalho pedagógico durante a presença do novo coronavírus, faz-se preciso avaliar a estrutura do sistema educacional no qual estamos inseridos, para saber se conseguiremos, minimamente, exercer o nosso ofício e garantir a realização da função social da escola.

Assim como a avaliação diagnóstica, o planejamento é essencial para ensinar em tempos pandêmicos. Semelhante ao exposto anteriormente, abordaremos, brevemente, o conceito de planejamento e sua relevância para o ato de ensinar e aprender durante a presença do novo coronavírus na educação.

Mas o que seria o planejamento? Sobre este termo, Luckesi (1992) diz que: "planejar é um conjunto de ações coordenadas visando atingir os resultados previstos de forma mais eficiente e econômica". Logo, as ações da escola e do trabalho docente, sobretudo, diante do novo coronavírus na educação, precisam ser descritas metodologicamente de forma clara e objetiva, enfatizando as

intencionalidades educacionais, bem como os objetivos, conteúdos, métodos, recursos pedagógicos e instrumentos de avaliação que conduzam para o alcance do fazer pedagógico. Ademais, corroboramos com Libâneo (1991), quando fala do planejamento, e, portanto, conceitua-o como: "Um processo de racionalização, organização e coordenação da ação docente, articulando a atividade escolar e a problemática do contexto social".

Diante do exposto, defendemos que o ato de planejar é uma atividade indissociável do ensinar e do aprender, sendo, portanto, de grande relevância para o trabalho docente, especialmente, diante desta pandemia. Não obstante, de acordo com Monteiro (2020), cremos que com os desafios impostos pela COVID-19 na educação, o professor, em seu trabalho docente, tem a necessidade de estar planejando, reelaborando, reinventando e ressignificando a sua prática pedagógica, levando em consideração as situações reais e objetivas do seu alunado, bem como da instituição em que atua.

Após termos compreendido a relevância da avaliação diagnóstica e do planejamento para o exercício pedagógico durante a COVID-19, faz-se preciso que o docente selecione bem os métodos de ensino, os instrumentos de avaliação e as ferramentas digitais adequadas para a realização do ensino, sobretudo, quando o novo vírus nos obrigou a ofertar o seu acesso por meio da modalidade de ensino a distância, conforme a Portaria n.º 345, de 19 de março de 2020[9]. Assim, apresentaremos, nesta seção, a conceituação dos conceitos apresentados, e, posteriormente, a significância destes para o ensinar a distância.

Como aponta Rangel (2006), o método de ensino pode ser compreendido como caminho ou meio para a obtenção dos objetivos estabelecidos para o trabalho docente. Além dos métodos, as técnicas de ensino justificam-se no "como desenvolver" o processo de ensino e aprendizagem. Conquanto, os métodos de ensino, para Libâneo (1991):

> [...] são determinados pela relação objetivo-conteúdo, e referem-se aos meios para alcançar objetivos gerais e específicos do ensino, ou seja, ao "como" do processo de ensino, englobando as ações a serem realizadas pelo professor e pelos alunos para atingir os objetivos e conteúdos. Temos, assim, as características dos métodos de ensino: estão orientados para objetivos; implicam uma sucessão planejada e sistematizada de ações, tanto do professor quanto dos alunos; requerem a utilização de meios.

A partir da fala do autor, compreendemos que os métodos estão vinculados ao processo de ensino e aprendizagem. Por isso, o professor deve ter ciência sobre eles, a fim de que execute um trabalho pedagógico de excelência em sua sala de aula, seja ela, presencial ou virtual. Assim, para a

[9] Com a presença do novo coronavírus na educação, o Ministério da Educação (MEC) determinou que as aulas presenciais fossem suspensas em todo país, e, recomendou a realização das aulas *online* por meio da Portaria N.º 345, de 19 de março de 2020 (BRASIL, 2020), a fim de reduzir minimamente os impactos do SARS-COV-2 na educação Brasileira..

realização do ato de ensinar e aprender durante a COVID-19, tendo como base nossa experiência, elencaremos quatro métodos que podem ser aplicados pelos professores em suas aulas remotas, a saber:

I) **Método de Exposição pelo professor**: Configura-se em um mecanismo que possibilita "mobilizar a atividade interna do aluno de concentrar-se e de pensar" (Libâneo, 1991). Ou seja, a exposição possibilita ao educador, realizar a explicação da matéria, a demonstração, a ilustração e exemplificação do conteúdo.

II) **Método de Trabalho Independente**: Volta-se para o desenvolvimento da atividade mental do aluno, ou seja, este método consiste de tarefas dirigidas e orientadas pelo professor, para que os alunos as resolvam de modo relativamente independente e criador (Libâneo, 1991).

III) **Método de Elaboração Conjunta**: Popularmente conhecido, segundo Libâneo (1991), como aula dialogada, este método favorece a realização da "interação ativa entre o professor e os alunos" (Libâneo, 1991). Constitui-se em uma excelente ferramenta pedagógica a ser utilizada durante as aulas desenvolvidas a distância. No entanto, para o professor fazer uso deste método, faz-se necessário que ele possibilite aos alunos as necessárias condições prévias[10]. Assim, acreditamos que por esse método, o ensino em tempos de COVID-19 poderá oportunizar uma aprendizagem significativa.

IV) **Método de Trabalho em grupo**: Este método oportuniza em sala de aula a distribuição de "temas de estudo iguais ou diferentes a grupos fixos ou variáveis, compostos de 3 a 5 alunos" (Libâneo, 1991). No entanto, a utilização desse método depende da aplicação de outros, tendo em vista que ele possui caráter transitório, como destaca Libâneo (1991) em sua obra *Didática*. Mas quais trabalhos em grupo poderiam ser utilizados nas aulas aplicadas na modalidade a distância? Para atender a esse fim, recomendamos o uso das seguintes formas de organização dos grupos: I. **Debate**[11]; II. **Tempestade mental**[12]; e, dependendo do contexto, III. O uso do **seminário**[13]. Assim, acreditamos que a tempestade mental possa ser utilizada como instrumento de avaliação diagnóstica, visando extrair dos estudantes os conhecimentos prévios que possuem acerca dos conteúdos, enquanto o debate poderá ser utilizado como instrumento de discussão e aprimoramento do conteúdo em sala de aula, favorecendo a participação e interação dos alunos com o professor e dos alunos entre si. Além de possibilitar o exercício do pensamento crítico e a autonomia dos estudantes.

---

[10] Segundo Libâneo (1991), essas condições prévias correspondem: "[...] a incorporação pelos alunos dos objetivos a atingir, o domínio de conhecimentos básicos ou a disponibilidade pelos alunos de conhecimentos e experiências que, mesmo não sistematizados, são pontos de partida para o trabalho de elaboração conjunta".

[11] O professor deverá indicar "alguns alunos para discutir, perante a classe, um tema polêmico, cada qual defendendo uma posição" (Libâneo, 1991).

[12] Conforme, Libâneo (1991): "Dado um tema, os alunos dizem o que lhes vem à cabeça, sem preocupação de censura a ideias. Estas são anotadas no quadro-negro. Em seguida, faz-se a seleção do que for relevante para prosseguir a aula".

[13] Para a realização do seminário: "Um aluno ou grupo de alunos prepara um tema para apresenta-lo à classe. É uma modalidade de aula expositiva ou conversação realizada pelos alunos" (Libâneo, 1991).

Por conseguinte, cremos que por esses métodos, as aulas durante a pandemia da COVID-19, poderão possibilitar a realização do "padrão de qualidade" da educação. Todavia, sabemos que o cenário gerou no âmbito educacional uma crise, a qual não é somente estrutural, mas, também, pedagógica. Por isso, a necessidade de repensarmos o como ensinar e o como aprender em tempos pandêmicos (Monteiro, 2020; Wil et al., 2020).

Após termos apresentados os possíveis métodos que possam ser utilizados para realizar o ensino a distância diante da COVID-19, apresentaremos, também, alguns instrumentos de avaliação que possam ser úteis ao fazer pedagógico. Assim, os instrumentos de avaliação[14] são compreendidos como "recursos utilizados para coleta e análise de dados no processo ensino-aprendizagem, visando promover a aprendizagem dos alunos" (Zanon; Althaus, 2008). Ademais, os instrumentos de avaliação permitem verificar e qualificar os resultados da aprendizagem, na medida em que possibilitam diagnosticar e superar dificuldades, "corrigir falhas e estimular os alunos a que continuem dedicando-se aos estudos" (Libâneo, 1991).

Assim, sugerimos como instrumento de verificação e qualificação das atividades o uso da prova de questões objetivas, pois, como os professores e alunos se encontram em seus lares, enxergamos como um instrumento favorável para enfrentar os obstáculos causados pelo novo coronavírus ao processo de ensino e aprendizagem. Nesta razão, compreendemos que:

> [...] as provas de questões objetivas avaliam a extensão de conhecimento e habilidades. Possibilitam a elaboração de maior número de questões, abrangendo um campo maior da matéria dada. Por requererem respostas mais precisas, é possível controlar mais a interferência de fatores subjetivos tanto do aluno quanto do professor. Possibilitar uma correção mais rápida, pois cada item, geralmente, apresenta uma resposta correta (Libâneo, 1991).

Acerca da aplicação das provas de questões objetivas no ensino a distância, aconselhamos o professor não chamar por prova, mas por exercícios ou atividades, os quais serão construídos com base nos objetivos, conteúdos e métodos utilizados pelo próprio professor. Além disso, neste momento pandêmico, cremos que seja necessário a nós professores abandonarmos a avaliação somativa e fazermos uso das avaliações diagnóstica e formativa, visto que estamos distantes dos nossos alunos, e a família não possui os conhecimentos técnicos necessários para acompanhar o processo de ensino e aprendizagem dos seus filhos.

[14] Acerca dos instrumentos de avaliação e sua aplicação no dia a dia escolar, Libâneo (1991) expõe alguns exemplos, quando ressalta que: "[...] no início de uma unidade didática deve-se fazer uma sondagem das condições prévias dos alunos, por meio de revisão da matéria anterior, correção de tarefas de casa, testes rápidos, breves dissertações, discussão dirigida, conversação didática etc. Durante o desenvolvimento da unidade acompanha-se o rendimento dos alunos por meio de exercícios, estudo dirigido, trabalho em grupo, observação de comportamento, conversas informais, recordação da matéria, e fazem-se verificações formais por meio de provas dissertativas, provas de questões objetivas, arguição oral. No final da unidade didática ou do bimestre são aplicadas provas de aproveitamento".

Nesta razão, defendemos a utilização das seguintes questões objetivas como instrumento de avaliação (Libâneo, 1991) da aprendizagem dos alunos em tempos de pandemia, fazendo uso das seguintes formas:

1. **Questões Certo-Errado (C ou E)**: "O aluno escolhe a resposta entre duas ou mais alternativas" (Libâneo, 1991).

2. **Questões de lacuna**: conforme Libâneo (1991): "São compostas por frases incompletas, deixando um espaço em branco (lacuna) para ser preenchido com uma só resposta certa. As questões podem apresentar mais de um espaço em branco, no meio ou no final da afirmação".

3. **Questões de correspondência**:

> São elaboradas fazendo-se duas listas de termos ou frases. Na coluna da esquerda (A) são colocados conceitos, nomes próprios ou frases, cada um com uma numeração. Na coluna da direita (B) colocam-se respostas fora de ordem, para que o aluno numere a resposta que corresponde à numeração da coluna *A* (Libâneo, 1991).

4. **Questões de múltipla escolha**: "São compostas de uma pergunta, seguida de várias alternativas de respostas. Há três tipos: apenas uma alternativa é correta; a resposta correta é a mais completa (nesse caso, algumas alternativas são parcialmente corretas); há mais de uma alternativa correta" (Libâneo, 1991).

5. **Questões do Tipo Testes de respostas curtas ou de evocação simples**: "Alguns autores classificam como provas objetivas também testes que são respondidos na forma de dissertação, resolução de problemas ou simplesmente de recordação de respostas automatizadas. São os testes escolares comuns" (Libâneo, 1991). Porém, não aconselhamos que seja utilizado neste momento como um teste, apenas como um exercício de fixação da aprendizagem.

6. **Questões de interpretação de texto**: "São perguntas feitas com base num trecho escrito ou numa frase" (Libâneo, 1991).

7. **Questões de ordenação**: "A questão apresenta uma série de dados fora de ordem e o aluno deve ordená-los na [sequência] correta" (Libâneo, 1991).

8. **Questões de identificação**: "Questões para identificar partes, por exemplo, da flor, do corpo humano (num gráfico), localização de capitais ou acidentes geográficos" (Libâneo, 1991).

Portanto, acreditamos que por meio de tais instrumentos de avaliação o professor seja capaz de conseguir medir não somente a aprendizagem dos seus alunos, mas também, avaliar como está o seu trabalho docente, visto que diante da pandemia da COVID-19 a prática pedagógica deve, constantemente, ser reavaliada, repensada e ressignificada para que haja um ensino de qualidade independente de ser realizado de forma presencial ou virtual.

Tendo entendido que o ato de ensinar a distância durante a COVID-19 exige à construção de uma avaliação diagnóstica que identifique as necessidades das escolas, das condições dos discentes, dos

recursos tecnológicos e digitais das comunidades escolares, e, que requer a construção de um bom planejamento (escolar, de ensino e de aula) para a escolha adequada dos métodos e instrumentos de avaliação necessários ao processo de ensino e aprendizagem.

Além disso, sabendo que a escola tornou-se virtual, faz-se preciso a escolha de mídias digitais que sejam capazes de atender aos interesses e necessidades das escolas, dos estudantes e das comunidades escolares. Logo, as mídias digitais são ferramentas de apoio que promovem o intercâmbio de informações, e, por consequência, oportunizam a realização do trabalho docente a distância. Conforme Barroso e Antunes (2020) são-nos dito que:

> Como ferramentas de ensino, o uso das mídias é favorecido por meio da utilização de recursos tecnológicos variados, tais como slides, exercícios virtuais, vídeos, plataformas de Ensino a Distância (EAD), webconferências, lousas digitais, e-mails, armazenamento em nuvens, entre outros.

Apontamos ainda como proposta metodológica durante a pandemia, a utilização de ferramentas digitais gratuitas, disponíveis na internet. Dentre as ferramentas digitais para o ensino a distância, destacamos a possibilidade do professor:

1. **Criar um grupo ou no *Facebook* ou no *WhatsApp* ou no *Telegram*,** e, incluir todos aqueles que façam uso dessas ferramentas digitais. No entanto, aconselhamos fazer uso da ferramenta digital que a maioria da sala utiliza;

2. **Criar um *Podcast*** a fim de que sejam transmitidas por áudios as sínteses das aulas;

3. **Criar um canal do *Youtube*** e incluir vídeos sobre conteúdos e exercícios que possam ajudar aos alunos;

4. **Criar um *Quizz*** (teste rápido) com conteúdos e comentários;

5. **Criar uma sala de aula virtual gratuita** (*Google Meet/Google Doo/Google Classroom/Google Forms/Moodle*), com fórum de debates e videoconferências em tempo real, na qual todos possam interagir.

Não obstante, isso não significa dizer que essa proposta corresponda a uma fórmula "pronta e acabada", que dará certo para toda sala de aula virtual, porém, propomo-la como um ponto de partida. Diante dessas ações, as quais foram criadas a partir de nossa experiência nas instituições nas quais atuamos, cremos que em sua prática, conforme Silva (2020), o professor deve não só conhecer e utilizar os diferentes métodos de ensino, mas também, avaliar constantemente se esses métodos possibilitam ao aluno o alcance dos objetivos estabelecidos por ele, sobretudo, durante o ensino realizado a distância. Por conseguinte, partindo do pensamento de Monteiro (2020), e, por consequência, da nossa prática pedagógica nas escolas das redes pública e privada no município de Arara – PB, nós acreditamos que, por esses mecanismos propostos, o professor durante a COVID-19 possibilitará a si e ao seu alunado

a ressignificação do como ensinar e do como aprender. Logo, não podemos perder a esperança de que o ensinar em tempos de pandemia é possível e faz-se necessário.

MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa foi realizada através de um estudo bibliográfico, com ênfase no pensamento de Libâneo (1991), seguido da leitura dos artigos científicos de Silva (2020), Pereira et al. (2020), Will et al. (2020) e Monteiro (2020) que retratavam os impactos da pandemia da COVID-19 na educação e possibilidades para a superação desta realidade caótica.

Este trabalho foi construído a partir dos nossos relatos de experiências pedagógicas nas escolas em que atuamos nas redes públicas e privadas, da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio, no município de Arara, estado da Paraíba, localizado na mesorregião do agreste paraibano e na microrregião do curimataú ocidental, possuindo 12.653 habitantes, conforme dados da prefeitura do município (Arara, 2020). A pesquisa contou com a participação dos sete autores deste texto, os quais trabalham em escolas distintas, sendo entre elas, seis escolas da rede pública e uma escola da rede privada da cidade mencionada.

O estudo bibliográfico deu-se por meio da leitura dos textos junto com a produção de resumos, fichamentos e resenhas críticas, mas também com rodas de conversas, debates e discussões sobre nossa experiência pedagógica, através do *Google Meet* (devido à presença da COVID-19) entre os meses de março a junho de 2020, para que juntos fundamentássemos e construíssemos uma proposta de ensino que viesse a minimizar os impactos do novo coronavírus em nosso trabalho docente.

Partindo da necessidade de diagnosticar como seria possível ensinar e aprender diante do SARS-COV-2, construímos uma proposta de ensino, de acordo com os nossos relatos de experiência, a qual poderá ser aplicada, em nosso entendimento, tanto no ensino a distância quanto no ensino presencial e suas modalidades a depender dos interesses e necessidades das instituições e professores que venham a fazer uso dela, além de promover melhorias e adequá-la a realidade da sua instituição e dos seus discentes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com a determinação do isolamento social como medida para o combate a pandemia da COVID-19, de acordo com a Organização Pan-Americana de Saúde e a Organização Mundial de Saúde (OPAS/OMS, 2020), o ensino em nossas escolas, por consequência, no município de Arara, estado Paraíba, deixou de ser realizado de forma presencial e tornou-se virtual. Neste sentido, partindo do

pressuposto de que mesmo antes do novo coronavírus a educação brasileira já tinha os seus "milhares de problemas", a saber, estruturais, financeiros, físicos, pessoais e pedagógicos. O que não será diferente enquanto não passarmos desta fase tão sombria.

Porém, hoje, a maior dificuldade da educação em nosso país refere-se ao como democratizar o acesso e a efetivação do direito à educação por meio do ensino a distância[15]. Não obstante, a desigualdade social no Brasil vive a sua fase aguda, conforme Capomaccio (2020), e, que os seus recursos tecnológicos são precários e escassos a uma grande parcela da população, em especial, aos próprios professores e aos alunos.

Partindo desse contexto "assustador" ocasionado pelo novo coronavírus, nós sugerimos a sequência didática como uma proposta para realizar o trabalho docente, durante e após essa pandemia, não como única opção para a execução da prática pedagógica, mas como uma proposta dentre tantas, a qual sirva como um caminho ao professor em exercício, a fim de garantir a execução do seu trabalho docente e que possibilite ao alunado uma aprendizagem eficaz, sobretudo, em uma formação ativa, crítica e participativa, conforme a Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2017)[16].

Logo, a fim de cumprir os objetivos aqui propostos, iremos expor o conceito de sequência didática à luz do pensamento de Antoni Zabala (1998), em "*A Prática Educativa: como ensinar*", quando afirma que a sequência didática refere-se a "um conjunto de atividades ordenadas, estruturadas e articuladas para a realização de certos objetivos educacionais, que têm um princípio e um fim conhecidos tanto pelos professores como pelos alunos". Nesta perspectiva, acreditamos que neste tempo de ensino a distância, a sequência didática sirva como ferramenta, mecanismo ou instrumento de realização dos "objetivos educacionais", a saber: do ensinar e do aprender.

Compreendemos que diante da COVID-19 e da necessidade do "como ensinar" devido aos inúmeros problemas que essa doença tem gerado dentro do sistema educacional, além dos que antes já existiam, somos conduzidos ao entendimento de que a sequência didática existe tanto para favorecer a organização do trabalho do professor quanto para organizar as atividades dos estudantes.

---

[15] Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 20 de dezembro de 1996, o termo "a distância" é citado treze vezes como fundamento das diversas possibilidades de uso do "ensino a distância" na educação escolar brasileira. O uso do "ensino a distância" é mencionado na lei nos seguintes artigos: Art. 32.º, §4.º; Art. 36.º, § 11.º, VI; Art. 47.º, §3.º; Art. 62.º, § 2.º e §3.º; Art. 80.º, § 1.º, § 2.º, 3.º e § 4.º; e, por fim, no Art. 87.º, § 3.º, II e III (Brasil, 1996).

[16] Sobre esta formação a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) retrata que: "No novo cenário mundial, reconhecer-se em seu contexto histórico e cultural, comunicar-se, ser criativo, analítico-crítico, participativo, aberto ao novo, colaborativo, resiliente, produtivo e responsável requer muito mais do que o acúmulo de informações. Requer o desenvolvimento de competências para aprender a aprender, saber lidar com a informação cada vez mais disponível, atuar com discernimento e responsabilidade nos contextos das culturas digitais, aplicar conhecimentos para resolver problemas, ter autonomia para tomar decisões, ser proativo para identificar os dados de uma situação e buscar soluções, conviver e aprender com as diferenças e as diversidades" (Brasil, 2017).

Então, na busca por melhorias do processo de ensino e aprendizagem, e, consequentemente, com o intuito de propormos uma proposta de ensino, acreditamos que a sequência didática torna possível à aplicação das teorias e a práticas dos saberes mesmo diante de um ensino realizado a distância.

Sendo assim, acreditamos que o professor por meio de uma sequência didática bem planejada atrelada à execução de uma avaliação diagnóstica e da escolha adequada dos métodos de ensino, instrumentos de avaliação e das mídias digitais apropriadas aos estudantes, tornará possível atingir tal objetivo.

Nesta razão, elencamos a seguir a nossa proposta de sequência didática para os professores, durante a pandemia da COVID-19 no Brasil, e, mais especificamente, no município de Arara, estado da Paraíba. Sendo, portanto, aplicada por meio do uso de videoconferências através do *Google Meet* e ou *WhatsApp,* pensada para ser executada em uma aula de 40 minutos, conforme as orientações educacionais do município citado.

Proposta de Sequência Didática		
Momento	**Tempo**	**Atividades a serem desenvolvidas**
1.º	03 min.	**Acolhida**: Neste momento, o professor poderá iniciar sua aula saudando a turma com músicas, vídeos motivacionais e poderá realizar a chamada de frequência escolar.
2.º	05 min.	**Apresentação do Plano de Aula do Dia**: Em seguida, o professor fará a apresentação da aula, enfatizando I. Objetivos; II. Conteúdo; III. Método de ensino; IV. Recursos; V. Instrumento de Avaliação.
3.º	05 min.	**Extração dos Conhecimentos Prévios**: Para perceber o nível de aprendizado de sua turma referente a um determinado assunto, o professor aplicará uma avaliação diagnóstica fazendo uso da tempestade mental, para averiguar os conhecimentos prévios de seus alunos acerca do conteúdo a ser estudado na aula.
OBS.: A partir do momento **4.º abaixo até o momento 6.º**, o professor fará uso da avaliação formativa, a fim de atender aos anseios da prática pedagógica e realizar aquilo que está previsto na LDB, em seu Art. 24, V, a: "V - a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios: a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais" (Brasil, 1996).		
4.º	10 min.	**Introdução e Discussão do Conteúdo / Aprofundamento do Conteúdo** Dando continuidade à aula, o professor fará a explanação do conteúdo proposto, contextualizando com o meio social em que seus alunos estão inseridos e com os conhecimentos prévios expostos anteriormente ou aprofundará o conteúdo da aula anterior.

5.º	08 min.	**Exercício de Fixação com supervisão do Professor (a) / Acompanhamento familiar** Posteriormente, o professor fará a explicação das atividades de fixação de aprendizagem através da leitura dos enunciados do exercício. Logo depois, o professor supervisionará, virtualmente, a realização dos exercícios e acompanhará junto às famílias a finalização de tais atividades.
6.º	08 min.	**Socialização das Respostas do Exercício / Correção Coletiva do Exercício** Seguidamente, cada estudante apresentará suas respostas para a turma. E em seguida, todo o exercício será corrigido com a participação coletiva do professor e dos estudantes.
7.º	01 min.	**Orientações finais**: Para concluir, o professor dará as orientações necessárias para a realização de possíveis atividades complementares e se despedirá dos alunos.

Portanto, acreditamos que com esta proposta os professores poderão realizar o seu trabalho docente, e, consequentemente, reduzir os impactos causados pela pandemia da COVID-19, promovendo o como ensinar e como aprender nas escolas em que atuam. Enfim, ensinar diante do novo coronavírus é desafiante, porque exige à construção de um novo fazer pedagógico diante desta nova realidade que estamos vivendo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, acreditamos que para ensinar e aprender diante da COVID-19, a escola junto aos seus professores deverá realizar uma avaliação diagnóstica buscando identificar as condições e dificuldades que a instituição de ensino, os professores e os alunos enfrentam. Em seguida, a partir dos dados colhidos por meio da avaliação diagnóstica, os profissionais da educação deverão realizar a construção de um planejamento que vise enfrentar os obstáculos causados pelo novo coronavírus, além de selecionar os métodos de ensino, os instrumentos de avaliação e as mídias digitais adequadas para o processo de ensino e aprendizagem nas instituições que atuam. E por enfim, caso considerem necessário, utilizarão ou adequarão a sequência didática proposta em seu fazer pedagógico. Assim, ensinar a distância diante da COVID-19 exige dos profissionais da educação a reconstrução da prática pedagógica e dos procedimentos de ensino, a fim de que reduzam, minimamente, as adversidades que foram impostas ao sistema educacional brasileiro, e, principalmente, ao sistema de ensino do município em atuamos, a saber, a cidade de Arara, no estado da Paraíba. Sendo assim, faz-se necessário que os docentes não percam a esperança, a responsabilidade o comprometimento com o ensinar, visto que o novo coronavírus poderá provocar o desestímulo, e, por consequência, o abandono do seu ofício e também provocar uma crise educacional, a saber, a perda da função social da escola.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Brasil (1996). Ministério da Educação. *Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 14 jul. 2020.

Brasil (2017). Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, DF. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 15 jul. 2020.

Brasil (2020). Ministério da Educação. *Portaria nº 345, de 19 de março de 2020*. Altera a Portaria MEC nº 343, de 17 de março de 2020. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, extra, n. 54-D.

Barroso F, Antunes M (2020). Tecnologia na Educação: ferramentas digitais facilitadoras da prática docente. *Revista do Programa de Pós-graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública*. 5(1): 124-131.

Bloom BS, Hastings JT, Madaus GF (1983). *Manual de avaliação formativa e somativa do aprendizado escolar*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora. 61p.

Capomaccio S (2020). *Desigualdade aumenta no mundo após pandemia de coronavírus A crise gerada pela covid-19 só fez acentuar as diferenças econômicas entre os países*. Disponível em: https://jornal.usp.br/radio-usp/desigualdade-aumenta-no-mundo-apos-pandemia-de-coronavirus/. Acesso em: 15 jul. 2020.

Dolz J, Noverraz M, Schneuwly B (2004). Sequências didáticas para o oral e a escrita. In: Schneuwly B, Dolz J. *Gêneros orais e escritos na escola*. Tradução e organização: Rojo R, Cordeiro GS. São Paulo: Mercado de Letras. p. 95-128.

Ferreira LMS (2009). *Retratos da avaliação: conflitos, desvirtuamentos e caminhos para a superação*. 3. ed. Porto Alegre: Mediação. 128p.

Libâneo JC (1991). *Didática*. 2 ed. São Paulo: Cortez. 288p.

Luckesi CC (1992). Planejamento e Avaliação escolar: articulação e necessária determinação ideológica. In: Borges AS (1992). *O diretor articulador do projeto da escola*. São Paulo: FDE.

Monteiro SS (2020). (Re) Inventar Educação Escolar no Brasil em Tempos da COVID19. *Revista Augustus*. Rio de Janeiro, 25 (51): 237- 254.

Organização Pan-Americana de Saúde. Organização Mundial de Saúde (2020). Folha informativa – COVID-19 (doença causada pelo novo coronavírus). Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875. Acesso em: 11 jul. 2020.

Rangel M (2006). *Métodos de ensino para a aprendizagem e a dinamização das aulas*. 2. ed. Campinas: Papirus.

Silva FT (2020). Currículo de Transição: uma saída para a educação pós-pandemia. *Revista Educamazônia – Educação, Sociedade e Meio Ambiente*. 24(1): 70-77.

Will DEM, Oliveira EAS, Cerny RZ (2020). A (não) presença da Educação a Distância nas políticas públicas contemporâneas para a formação inicial de docentes da Educação Básica. *Revista Educação e Políticas em Debate*, 9(1): 121-136.

Zabala A (1988). *A prática educativa*: como ensinar. Porto Alegre: Artmed. 224p.

Zanon DP, Althaus MM (2008). *Instrumentos de Avaliação na Prática Pedagógica Universitária*. Disponível em: https://www.fag.edu.br/novo/arquivos/nucleos/nad/arquivos/apoio10.pdf. Acesso em: 15 jul. 2020.

Capítulo IV

Desafios do ensino público em tempos de Covid-19: um relato do curso superior em gestão de turismo, Campus Palmas - IFTO

Recebido em: 15/08/2020
Aceito em: 26/08/2020
10.46420/9786588319093cap4

Ana Jaimile da Cunha[1]
Queila Pahim da Silva[2*]

INTRODUÇÃO

Desde o final de 2019, o mundo passou a conviver com a propagação de uma nova doença, a COVID-19, causada por um novo coronavírus, denominado SARS-CoV-2 que causa nos indivíduos um quadro clínico que vai desde infecções assintomáticas, até inflamações sistêmicas com obstrução das vias respiratórias, complicações cardiovasculares, insuficiência renal e efeitos motores e neurológicos (Brasil, 2020). Os primeiros registros da doença foram feitos na China, ganhando rapidamente o status mais alto de alerta da Organização Mundial da Saúde em janeiro de 2020 e em março de 2020, sendo por esta declarada como uma pandemia (Oms, 2020).

O desenvolvimento de novos vírus e a rápida e abrangente contaminação é explicada por Ujvari (2011) ao analisar a facilidade de adaptação e mobilidade de todos os seres vivos, inclusive dos microrganismos, grupo em que os vírus e bactérias estão inseridos. Dessa forma, com o tempo, os humanos modificam o ambiente onde vivem aumentando suas chances de sobrevivência, assim como os microrganismos, o que causa a evolução de outros seres, estabelecendo um ciclo da doença. Como relatado pela OMS (2020), o novo coronavírus é fruto dessa adaptação e da dinâmica da proximidade entre grandes aglomerações de pessoas e animais, fato que aumenta a chance de recombinações entre diferentes tipos de vírus.

Diante da rápida proliferação da enfermidade pelo mundo, a OMS tem disponibilizado uma série de ferramentas para auxiliar os governos na tomada de decisão sobre como reduzir o contágio da doença, visto que esta acontece de forma acelerada. A orientação da OMS é a adoção de medidas não

[1] Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, campus Palmas.
[2] Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, campus Brasília.
* Autora de correspondência: quepahim@gmail.com

farmacológicas, o que envolve o distanciamento social, utilização de máscara em todos os ambientes, higienização das mãos com água e sabão ou álcool em gel várias vezes por dia, limpeza de objetos que tiverem contato com ambiente externo ao de casa como brinquedos, chaves e celular; adoção da etiqueta respiratória, como cobrir a boca com o antebraço ao tossir ou espirrar, ou utilizar lenço descartável e lavar as mãos após utilizá-lo, dentre outras (Oms, 2020).

Tais medidas refletem na mudança de hábitos de consumo e de interação social, tanto no setor de serviços, como comércio, indústria, lazer, comunicação, entretenimento e educação, que assim como as demais atividades, teve que recorrer às tecnologias para manter o contato virtual com o público, como forma de garantir ou até mesmo, substituir o contato físico e sem previsão de deixarem de ser necessárias.

É fato que desde o início da utilização da internet, a educação em todos os seus níveis vem passando por profundas transformações nos últimos anos, modificando a forma de relacionamento entre alunos, professores e instituição, e criando novas formas de ensino, como a educação a distância (EaD). No entanto, com o advento do restrito isolamento causado pela pandemia e as tensões e incertezas econômicas, políticas, sociais e psicológicas por ela provocadas, esta modalidade tornou-se a única opção de ensino em várias cidades e municípios brasileiros, destacando uma triste realidade do país: a falta de acesso às tecnologias em algumas localidades, o pouco estudo dos pais, que por isso não conseguem ajudar na escolarização em casa e a inexistência de equipamentos com acesso às plataformas digitais ou em quantidade inferior ao total de filhos em uma mesma residência (Tokarnia, 2020).

Todavia, as instituições federais de educação, a nível de universidade ou dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia, por serem instituições com autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, puderam optar entre seguir com aulas à distância, suspender ou adiar o semestre letivo. Neste contexto e no intuito de apresentar os desafios enfrentados por alunos do curso em Gestão de Turismo em uma unidade do Instituto Federal do Tocantins, que optou por continuar com as aulas a distância, construímos este capítulo que está organizado em introdução, breve histórico da constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no Brasil e no estado do Tocantins, Educação a Distância e suas relações de ensino aprendizagem, material e métodos, resultados, considerações finais e referências consultadas.

O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA NO BRASIL E NO ESTADO DO TOCANTINS

A educação profissional no Brasil é historicamente marcada pela distinção social das forças de trabalho, entre as pessoas que detêm os meios de produção e as que possuem a mão de obra necessária

para produzir. Nesse sentido, a educação foi dividida entre cursos acadêmicos e de educação geral para os mais privilegiados e cursos profissionalizantes para os que seriam assalariados, o que remete-se a estratificação da sociedade em classes decorrentes do capitalismo e a determinação da dualidade no campo educacional entre ricos e pobres (Ciavatta; Ramos, 2011).

O Decreto nº 2.208/1997 (Brasil, 1997), ao estabelecer a separação obrigatória entre a educação básica e a educação profissional, alterando a própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (Brasil, 1996), que recomendava a articulação da educação profissional com o ensino regular ou com diferentes estratégias de educação continuada, destacou a distinção entre o ensino médio regular e ensino médio técnico, voltado para questões laborais.

Somente em 2004, com a revogação desse instrumento legal através do Decreto nº 5.154/2004, é que surgiu a possibilidade de integração entre o ensino médio e a educação profissional, sob a supervisão do Conselho Nacional de Educação (Brasil, 2004). Em 2008, através da Lei nº 11.892/2008, é instituído a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, também conhecida por Rede Federal, que por sua vez é constituída pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca do Rio de Janeiro (Cefet-RJ) e de Minas Gerais (Cefet-MG), Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais e Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro (Brasil, 2008).

De acordo com o art. 2º da referida lei, os institutos federais são

> instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei (Brasil, 2008).

Até o ano de 2019, os IFs estavam nos 27 entes federados, totalizando 644 campus em 38 Institutos, sendo um deles, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO), também chamado de Instituto Federal do Tocantins. Foi criado em 2008 pela Lei nº 11.892/2008 e resultou da integração da Escola Técnica Federal de Palmas (ETF) e da Escola Agrotécnica Federal de Araguatins (Eafa) (Ifto, 2020a).

O IFTO oferta cursos de formação inicial e continuada, técnicos de nível médio e subsequentes, superiores de graduação bacharelado, tecnológico e licenciatura, além de pós-graduação lato sensu. Possui 11 campus, sendo 3 destes, campus avançados, e também 19 polos de educação a distância (Ifto, 2020a). Em um desses campus, há o curso superior tecnólogo em Gestão de Turismo, que tem duração de 2 anos e 6 meses, com entrada anual de 30 estudantes (Ifto, 2020b).

O tecnólogo em Gestão de Turismo é apto para atuar como gestor em diferentes empresas do setor de turismo, tanto públicas quanto privadas, o que inclui agências, operadoras e transportadoras

turísticas, além de ser capaz de fornecer consultorias voltadas para o gerenciamento das políticas públicas e para a comercialização e promoção dos serviços relativos à atividade (Ifto, 2020b).

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E SUAS RELAÇÕES DE ENSINO APRENDIZAGEM

Diferentemente da modalidade presencial, que é comumente utilizada nos cursos regulares, onde professores e alunos se encontram em um mesmo espaço físico, por determinado tempo, na educação a distância (EaD), docentes e estudantes estão separados temporal e fisicamente. Os encontros presenciais podem acontecer esporadicamente ou não e a interação é mediada por tecnologias (Moran, 2009).

Ela expandiu o acesso à educação a grandes contingentes populacionais e sua origem no mundo remonta o século XIX, através do ensino por correspondência na Europa (Vasconcelos, 2010).

Já na década de 1990 Beloni (1999) afirmava que esta modalidade educacional se reafirmava a cada dia como um modelo de educação oportuno para o atendimento das novas demandas da sociedade, tornando-se em 2020, a única alternativa de continuidade do ensino no mundo, ao menos, por um determinado período de tempo, por causa do aumento de casos do novo coronavírus.

No Brasil, o Ministério da Educação (MEC) publicou no dia 18 de março a portaria nº 343, que autoriza a substituição das aulas presenciais por aulas na modalidade a distância para o ensino superior, por um prazo de 30 dias ou enquanto durar a situação de pandemia de COVID-19 (Brasil, 2020). Diante desta mudança, estudantes, professores, faculdades e universidades precisaram adaptar a rotina e as aulas para a nova realidade, a fim de não comprometer o cronograma escolar no período de isolamento social.

No entanto, há vários obstáculos que evidenciam as dificuldades do ensino remoto no país: nem todos os estudantes têm acesso a computadores e à internet de qualidade (CeticBr, 2019), em muitas residências há mais de 6 pessoas vivendo em um mesmo cômodo (Pnad, 2016), não há a interação e mediação entre professores e estudantes, conforme proposto pela EaD (Scherer; Brito, 2014) e há pouca formação dos docentes sobre a utilização das tecnologias digitais em atividades pedagógicas (Baldez, 2020).

Uma pesquisa divulgada em 2019 aponta que 61% dos domicílios no Brasil não têm acesso a computadores e 28% não dispõem de internet. Entre as classes mais baixas, o acesso é ainda mais restrito. A pesquisa foi feita pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic Br), sendo realizada anualmente desde 2005, com o objetivo de mapear o acesso às TIC nos domicílios urbanos e rurais do país e as suas formas de uso por indivíduos de 10 anos de idade ou mais (CeticBr, 2019).

Referindo-se às relações de ensino e aprendizagem propostas pela Ead, Scherer e Brito (2014) afirmam que elas devem acontecer através de uma aprendizagem colaborativa baseada nos estudos de cooperação e aprendizagem de Jean Piaget, em que os sujeitos dos ambientes virtuais de aprendizagem (AVAs) necessitam interagir através dos recursos digitais e não somente depositar conteúdos ou respondê-los.

As tecnologias digitais da informação e comunicação (TDICs) nesse processo, servem como instrumentos não só de informação, mas principalmente de interação. Para os autores, os alunos e professores devem buscar a comunicação e a responsabilidade pelo outro e pelo coletivo, o que proporciona uma aprendizagem colaborativa (Scherer; Brito, 2014).

Costa (2020) afirma que o ensino remoto praticado na pandemia assemelha-se a EaD apenas no que se refere a uma educação mediada pela tecnologia. Mas os princípios seguem sendo os mesmos da educação presencial. Segundo a entrevistada do portal Desafios da Educação, estamos diante de um ensino remoto emergencial, onde os materiais são depositados em AVAs, como se fossem xerox, o que não representa a concepção de EaD.

MATERIAL E MÉTODO

O presente artigo traz uma análise sobre a situação inicial vivenciada pelos métodos de educação oferecidos aos alunos do Curso Superior em Gestão de Turismo, Campus Palmas, IFTO, durante os primeiros meses de pandemia do novo Coronavírus. Para tanto, buscou-se (I) identificar dados que indicassem as condições socioeconômicas destes alunos face à relação ensino-aprendizagem; (II) verificar quais ferramentas tecnológicas são utilizadas pelos estudantes no ensino remoto.

O universo da pesquisa compreendeu os alunos do Curso de Gestão de Turismo matriculados no primeiro semestre de 2020. Do total de 75 alunos, foram obtidas 53 respostas, o que equivale a 70,6% de alunos ativos no curso. Os dados foram coletados no dia 02 de maio de 2020, através de questionário com perguntas fechadas e abertas, utilizando-se da ferramenta *google forms*.

A pesquisa caracteriza-se como uma investigação de métodos mistos (Creswell, 2007). Conforme Dal-farra e Lopes (2013, p. 70):

> Estes combinam os métodos predeterminados das pesquisas quantitativas com métodos emergentes das qualitativas, assim como questões abertas e fechadas, com formas múltiplas de dados contemplando todas as possibilidades, incluindo análises estatísticas e análises textuais.

Nesta pesquisa, a coleta de dados amplia seus instrumentos para observações abertas, ou até mesmo para os dados censitários que podem ser seguidos por entrevistas exploratórias com maior

profundidade. A investigação supõe que "a coleta de diversos tipos de dados garanta um melhor entendimento do problema pesquisado" (Creswell, 2007, apud Dal-farra e Lopes, 2013, p. 70).

Desta forma, este estudo designa-se como um projeto exploratório sequencial quanti-quali que se inicia a partir da coleta de dados e análise quantitativa, seguida de coleta qualitativa, para posterior análise e interpretação dos dados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diante da grave crise decorrente do avanço do novo coronavírus no Brasil, e em virtude do estado de emergência de saúde pública de importância internacional acerca da doença, todas as unidades dos Institutos Federais do Brasil, instauraram Comitês de Risco com o objetivo de adotar ações preventivas em cada campus.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins através de Portaria publicada pela Reitoria desta instituição, comunicou na metade do mês de março de 2020, que haveria uma suspensão de 16 a 20 do mesmo mês, para que o Comitê de Risco pudesse fazer uma análise inicial sobre a situação que começava a ser instaurada. O Campus Palmas teve as aulas suspensas até o dia 27 de março, retomando-as em formato de ensino remoto a partir do dia 30 em diante. A continuidade do ano letivo foi então estabelecida no referido Campus e esta ocorreu através da escolha livre dos docentes entre um destes Ambientes Virtuais de Aprendizagem: *moodle (Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment)* que em português significaria Objeto Modular Orientado na condição de um Ambiente Dinâmico de Aprendizagem (livre tradução da autora), ou o *Google classroom,* um serviço oferecido pelo projeto *Google* para a educação.

Nestes dois ambientes foram iniciados o ensino remoto, entendido pelos professores como EaD. Estes começaram então a fazer parte do dia a dia de professores e alunos que por sua vez, em sua grande maioria desconheciam o mundo da educação à distância. Sair do ensino presencial de forma repentina e entrar na modalidade à distância sem algumas discussões e cuidados básicos desencadeou uma série de questionamentos quanto à qualidade e relação ensino/ aprendizagem para professores, alunos e os técnicos administrativos envolvidos com em assuntos pedagógicos e assistenciais, entre outros.

Diante deste contexto, a coordenação do Curso Superior de Gestão de Turismo se viu na iminência de estabelecer uma rápida comunicação com alunos e docentes do curso, de forma a resgatá-los e comunicar as modificações que surgiam ao longo dos dias. Em um primeiro momento, o aplicativo *WhatsApp* foi a ferramenta mais oportuna para começar a estabelecer tais vínculos com os alunos. Assim foram se formando grupos diversos que ainda não existiam como por exemplo por disciplina, além dos

grupos com coordenadores, departamentos administrativos e consolidando os grupos já existentes com os líderes de turmas e professores do colegiado técnico.

Durante este percurso os problemas foram emergindo rapidamente pois o primeiro fator identificado pelos alunos foi a ausência da relação ensino/ aprendizagem nos processos que estavam sendo adotados. Os acontecimentos demonstraram que os professores não estavam aptos a lecionar na modalidade EaD, pois apenas depositavam conteúdo em grande volume na plataforma disponível, na maioria das vezes sem proporcionar qualquer oportunidade de interação e *feedback* aos alunos. No entanto, esta ausência ou falta de instrumentos didáticos voltados para a tecnologia tampouco foi percebida como responsabilidade dos professores uma vez que os mesmos também foram pegos de surpresa pela obrigatoriedade em assumir o método EaD sem qualquer preparo ou capacitação específica, dado que os cursos para quais eles foram contratados são ofertados em formato presencial.

Tal situação evidencia a discussão trazida por Scherer e Brito (2014) na literatura sobre EaD que fala das possibilidades e os desafios para a aprendizagem cooperativa em ambientes virtuais de aprendizagem. Conforme estes autores, não basta disponibilizar um meio para que as interações aconteçam, tal interação deve acontecer entre os sujeitos não apenas quando um entra em contato com o outro, mas também quando um informa o outro sobre algo. A reciprocidade (Piaget, 1975 apud Scherer e Brito, 2014) implicaria em modificar as certezas dos indivíduos envolvidos no processo de aprendizagem, o que diante do contexto de isolamento social tornou-se um verdadeiro desafio na educação. Por este motivo, ressalta-se a importância das tecnologias digitais de comunicação e informação, únicos meios possíveis para viabilizar interações, mas que dependem da atitude de seus sujeitos frente aos desafios trazidos pelos ambientes virtuais de aprendizagem.

Diante de tal processo, uma das medidas necessárias foi o levantamento de dados sobre a realidade dos diversos períodos do Curso de Gestão de Turismo do Campus Palmas. Fez-se necessário saber a realidade socioeconômica daqueles que continuavam no curso mesmo diante das dificuldades da pandemia e quais eram os principais obstáculos enfrentados pelos mesmos para que aprendizagem pudesse acontecer de fato.

Uma primeira pesquisa foi realizada no dia 02 de abril através de formulários *on-line* do *Google forms* junto aos alunos que se mantinham em comunicação com o curso. Dos 75 alunos matriculados no primeiro, terceiro e quinto períodos, obteve-se a resposta de 70,7% dos alunos. Os dados apontaram que o curso tem um público majoritário feminino de 67,9%, e que 79,2% dos alunos vive com uma renda de um a três salários mínimos, outros 77,3% vivem em casas compartilhadas com outras 02 a 05 pessoas. Tais dados permitem inferir que os recursos financeiros da grande maioria dos estudantes são baixos, e que possivelmente não haja um ambiente apropriado para o momento de aulas e estudos. Um dado relativamente favorável ao EaD foi demonstrado pelos 81,1% dos alunos que declararam ter

internet em casa, apesar de muitos terem informado que sofriam devido à má qualidade do sinal, que este não contribuía para suprir as necessidades requeridas pelos tipos de sistemas e atividades virtuais utilizadas, que por vezes requerem o acompanhamento dos mesmos através de voz e vídeo.

A maioria dos alunos (50,9%) disse utilizar-se de tecnologia de rede sem fio, *wi-fi*, para acessar o sinal, seguidos de fibra óptica (17%) e tecnologias 2G ou 3G (17%). A principal tecnologia utilizada para acessar as aulas foi o celular (66,7%), seguido do computador (33,3%). Destes, 75,5% disseram preferir a utilização da plataforma virtual *Google classroom* para assistir às aulas. A principal dificuldade dos alunos conforme mencionado por 60,4% dos entrevistados, estava vinculada ao grande volume de atividades postadas pelos professores. No momento da pesquisa, 62,3% dos alunos declararam não estar de acordo com o prosseguimento das aulas na modalidade EaD justificando que a instituição não estava preparada para esta modalidade nestas condições.

Esta realidade se assemelha ao colocado por Costa (2020) conforme indicado na revisão de literatura que declara que a existência do ensino remoto praticado nesta pandemia equipara-se ao EaD unicamente no que se refere à tecnologia aplicada na educação, porém segue os mesmos princípios da educação presencial, o que significa que muito ainda deve ser feito para estabelecer um melhor ambiente de aprendizagem à distância.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O surgimento de uma nova doença, a COVID-19, causada por um novo coronavírus, até então desconhecido pelo planeta, tornou-se realidade para grande parte da população mundial, consolidando-se como uma pandemia, devido à rapidez de transmissão do vírus e sua letalidade, que ocorre em circunstâncias ainda desconhecidas. Divulgado no início de 2020, o protocolo médico mais eficaz para evitar a transmissão do vírus, orientado pela Organização Mundial de Saúde foi o isolamento social das pessoas, o que causou tensões, incertezas econômicas, políticas, sociais e psicológicas diversas.

No Brasil, o isolamento social afetou sobremaneira o mundo escolar em seus diversos níveis, não só pelo retraimento de crianças, adolescentes e adultos em suas casas, mas principalmente pela dificuldade para acessar a única opção encontrada para dar continuidade aos estudos, a Educação a Distância. Presume-se que o acesso à tecnologia e ferramentas digitais de qualidade não chega a maior parte dos domicílios do país e diante desta realidade, gestores do Curso Superior Tecnológico em Gestão de Turismo do Campus Palmas, IFTO, se viram diante da necessidade de conhecer mais afundo a realidade de seus alunos, visto que após a comunicação das medidas de isolamento social, novos meios e formatos de comunicação precisaram ser implementados, e o principal, todos tiveram que se adaptar quase que instantaneamente ao ensino à distância.

O presente estudo averiguou que a maior dificuldade enfrentada pelos alunos neste momento foi ter que lidar com um grande volume de atividades simultâneas requeridas pelos professores. Ao mesmo tempo, os alunos relataram que os docentes não estavam familiarizados com a modalidade à distância por não conseguirem promover interação com os alunos, e às vezes sequer, ter familiaridade com as ferramentas virtuais. Os dados demonstraram que apesar da maioria dos alunos terem acesso à internet, a frágil situação socioeconômica da grande maioria faz com que muitos não consigam ter um acesso de qualidade às plataformas virtuais, e muitas vezes sequer um ambiente favorável aos estudos em casa.

De forma geral, estes dados evidenciam que o momento de isolamento social causado pela pandemia do novo coronavírus em 2020 trazem à tona a importância do ensino EaD no ensino público e superior e ao mesmo tempo, os muitos obstáculos a serem superados por alunos e professores neste formato.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Belloni ML (1999). *Educação a Distância.* Autores Associados. Campinas/SP.

Brasil (1996). Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 12 dez. 1996. Seção 1, p. 27833. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em 04 ago. 2020.

Brasil (1997). Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 18 abr. 1997. Seção 1, p. 7760. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm. Acesso em 04 ago. 2020.

Brasil (2004). Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 26 jul. 2004. Seção 1, p. 18. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm. Acesso em 05 ago. 2020.

Brasil (2008). Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. *Diário Oficial da União* , Brasília, DF, 30 dez. 2008. Seção 1, p. 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm. Acesso em 05 ago. 2020.

Brasil (2020). MEC. Ministério da Educação. Portaria n. 343 de 17 de 2020. Disponível em:https://www.semesp.org.br/wp-content/uploads/2020/03/PORTARIA-N%C2%BA-343-DE-17-DE-MAR%C3%87O-DE-2020.pdf. Acesso em: 25 ago. 2020.

Brasil (2020). Ministério da Saúde. Disponível em: https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca#como-se-proteger. Acesso em 03 ago. 2020.

Ciavatta M, Ramos M (2011). Ensino médio e educação profissional no Brasil: dualidade e fragmentação. *Retratos da Escola*, 5(8): 27-41.

Dal-Farra RA, Lopes PT (2013). Campos. Métodos Mistos de Pesquisa em Educação: Pressupostos teóricos. *Nuances: estudos sobre Educação*, 24(3): 67-80.

IFTO (2020a). Apresentação. Disponível em: http://www.ifto.edu.br/ifto. Acesso em 17/08/2020.

IFTO (2020b). Disponível em: http://www.ifto.edu.br/palmas/campus-palmas/cursos-palmas/graduacao/tecnologico/gestao-de-turismo. Acesso em 21/08/2020.

Moran JM. *O que é educação a distância*. Universidade de São Paulo. Disponível em: http://www2.eca.usp.br/moran/wp-content/uploads/2013/12/dist.pdf. Acesso em: 25 ago. 2020.

Nascimento MM, Cavalcanti C, Ostermann F (2020). Dez anos de instituição da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: o papel social dos institutos federais. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, 101(257): 120-145.

OMS (2020). Organização Mundial da Saúde. *Q&As on COVID-19 and related health topics*. Disponível em: < https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/question-and-answers-hub >. Acesso em 03 ago. 2020.

Scherer S, Brito G da S (2014). *Educação a distância: possibilidades e desafios para a aprendizagem cooperativa em ambientes virtuais de aprendizagem*. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, Edição Especial n. 4/2014, p. 53-77. Editora UFPR.

Tokarnia M (2020). *Agência Brasil* [26/03/2020]. Estrutura da rede pública para o ensino remoto preocupa autoridades. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2020-03/estrutura-de-rede-publica-para-ensino-online-preocupa-dirigentes. Acesso em 24 ago. 2020.

Ujvari SC (2011). *Pandemias*: a humanidade em risco. Contexto: São Paulo.

Vasconcelos SPG. *Educação a distância:* histórico e perspectivas. Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Disponível em: http://www.filologia.org.br/viiifelin/19.htm. Acesso em: 25 ago. 2020.

ÍNDICE REMISSIVO

A

aprendizagem, 7, 8, 15, 18, 19, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 40, 41, 42, 43, 46, 49, 54

C

coronavírus, 10, 11, 12, 13, 17, 28, 49

D

diretrizes, 9, 12, 15, 27, 40, 47

E

educação, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 34, 40, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 53, 54
a distância, 6, 7, 8, 9, 29, 44, 46, 53
educação profissional, 7, 9, 12, 47, 53, 54
ensino, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 15, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 45, 46, 47, 48, 49, 54
a distância, 15, 18, 19, 20, 21, 23, 25, 26, 31, 32, 33, 34, 36, 38, 39, 40

I

isolamento, 7, 16, 39, 46, 48

P

pandemia, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 30, 31, 33, 34, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 49
políticas públicas, 8, 20, 29, 44, 48

Queila Pahim da Silva

Professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico nas áreas de Turismo, Hospitalidade e Lazer no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tenologia de Brasília (IFB). Doutoranda em Educação pela Universidade Católica de Brasília. Mestre em Turismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2012); Especialista em Planejamento e Consultoria Turística pela Faculdade Estácio de Sá RN (2009); Bacharel em Turismo pela Faculdade de Ciências Cultura e Extensão do Rio Grande do Norte (2005) e técnica de Guia de Turismo pelo SENAC RN (2005). Atua nas áreas de formação de professores para a educação bilíngue de Surdos, educação de Surdos e oratória para ouvintes. Participa dos Grupos de Pesquisa: Grupo de Estudos Críticos e Avançados em Linguagens (GECAL) da Universidade de Brasília, Comunidade Escolar: Encontros e Diálogos Educativos da Universidade Católica de Brasília e Ensino de Libras - Língua Brasileira de Sinais do Instituto Federal de Brasília. Faz parte do corpo editorial da Pantanal Editora.

ISBN 978-658831909-3

9 786588 319093

Pantanal Editora
Rua Abaete, 83, Sala B, Centro. CEP: 78690-000
Nova Xavantina – Mato Grosso – Brasil
Telefone (66) 99682-4165 (Whatsapp)
https://www.editorapantanal.com.br
contato@editorapantanal.com.br